

# CONDIÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA MULHER\*

Presidente: Prof. AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

Coordenador: Dr. MIGUEL DE ULHÔA CINTRA

Membros: Prof<sup>ª</sup> ROSAH RUSSOMANO

Prof. DJACIR MENEZES

Prof<sup>ª</sup> ASPÁSIA CAMARGO

Prof<sup>ª</sup> FÚLVIA ROSEMBERG

Prof. EVARISTO DE MORAES FILHO

*Presidente* — Eu tenho aqui o roteiro dos nossos trabalhos que, creio, todos já receberam. O nosso processo de debates é o seguinte: nós não escolhemos nunca, com o intuito de criar precedentes entre as personalidades, aquelas a que se pudesse atribuir uma especialização em qualquer dos itens do roteiro. Quer dizer, não é nosso intuito, o de trazer especialistas que debatam especificamente determinados temas. Mas é claro que, uma vez que o plano do roteiro esteja estabelecido, nós procuramos uma área de concentração de interesses por parte dos participantes cuja obra e cuja biografia nos são todas conhecidas. Eu quero dizer com isso que não são chamados aqui para dissertar sobre o que constitui o centro de suas preocupações acadêmicas, mas sim que a escolha é feita na base de que os convidados têm áreas preferenciais. Isto importa em dizer que o debate é livre e ninguém é obrigado a falar sobre qualquer tema, podendo todos falar sobre todos os temas.

Feita esta advertência preliminar, eu abro a Sessão. Creio que os itens são todos do conhecimento dos participantes, penso que todos leram, mas eu me permito relê-los:

(Lendo) “1. As restrições e as garantias da legislação vigente em relação à mulher.”

Evidentemente, um tema que tem uma predominância jurídica.

(Lendo) “2. As condições específicas para o trabalho da mulher. Proteção e restrições.”

Isto também tem uma conotação jurídica óbvia, mas já entra mais num terreno, vamos dizer, de experiência sociológica, histórica, etc.

(Lendo) “3. A segregação feminina no meio social brasileiro.”

Depois que eu mesmo fiz o roteiro deste temário, arrependi-me um pouco da palavra segregação, achei-a um pouco forte, talvez por ser antissegregacionista. A idéia é denunciar qualquer espécie de restrição. Eu acho estranho quando se diz “as minorias”. Minoria eu acho que é um tema aplicável a um conceito restritivo do exercício de direito, porque a mulher não é minoria, a mulher é maioria. Minorias raciais, no Brasil, eu também acho estranhíssimo, porque no Brasil a maioria não é branca. Se nós tivermos um conceito de branquitude, como têm os americanos, por exemplo, a maioria do povo brasileiro não é branca. Não há nenhuma família antiga brasileira que possa dizer que seja branca. No entan-

\* Mesa-redonda realizada pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política em 27 de outubro de 1981.

to, dizem “as minorias raciais”. Eu acho que minoria é mais no sentido de imposição de restrições. Então, segregação foi uma coisa que, depois que eu escrevi, achei um pouco esquisito. Peço desculpas, talvez eu pudesse ter empregado uma palavra menos engajada.

(Lendo) “A representação política e a participação da mulher: das bases eleitorais aos postos representativos.”

Eu redigi isto com cuidado, porque não quero apenas ser esclarecido hoje quanto à atividade atual da representação política e da participação da mulher, é em todo o processo, desde as bases eleitorais, no sentido dos grupos, desses grupos sociais de base que se formam hoje dentro das igrejas, das atividades partidárias, preferências, enfim, tudo aquilo que eu experimentei, porque na minha mocidade eu experimentei muito isso, o trabalho eleitoral da mulher, e não só no Rio, quando me elegi Senador, mas na minha terra, onde eu me elegi Deputado, é uma coisa muito importante. Então, todo esse trabalho de atividade feminina, desde as bases até a representação. E hoje representação é uma conquista: vemos a mulher no Senado, vemos a mulher que marcha para os governos estaduais e, quem sabe, vai despontando na geração das minhas netas a mulher que marcha para os governos nacionais.

(Lendo) “O comportamento e o relacionamento da mulher quanto à família e aos demais grupos sociais.”

Aí é um setor também muito amplo de exposição e de especulação não apenas experimental como científica.

(Lendo) “A atuação da mulher na educação e no ensino e sua contribuição para a cultura.”

Aí eu queria também dizer um pouco da minha experiência pessoal. Quando eu era menino, aprendi como todos nós desse tempo a ler com professora, dentro de casa. Vem daí essa experiência. Depois, quando eu fui aluno, não havia uma só mulher na faculdade. O Evaristo eu acho que já pegou algumas colegas, mas na minha época, não havia uma só moça na faculdade. Quando eu fui professor, a maioria dos estudantes já era de moças, e hoje eu sou professor aposentado, acho que as mulheres estão é nas cátedras. De modo que essa ascensão da mulher de professora primária a estudante universitária e professora universitária é uma ascensão a que assisti no decurso da minha vida.

Com estas palavras preliminares, das quais eu me desculpo, porque elas foram mais longas, talvez, do que o necessário, o debate está aberto. Não há preferência para a inscrição de oradores.

D. Rosah, a senhora foi a indicada.

*Rosah Russomano — Manu militari? (risos).*

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente, eminentes integrantes desta mesa-redonda, caros participantes que integram o auditório:

Quando me foi endereçado o convite, ou melhor, quando se esboçou o convite para que integrasse esta mesa-redonda, eu confesso que, no primeiro momento, numa fração de segundo, vacilei e cheguei quase a ser levada, compulsivamente, a recuar. E tudo, porquanto logo senti que, face às minhas precariedades próprias, simbolizaríamos, vós de um lado e eu de outro, dois termos de todo em todo antitéticos, em detrimento da harmonia que deve marcar esta reunião. Superei, porém, e logo, dúvidas e vacilações. Em primeiro lugar, porquanto, partindo o convite de quem partiu, Afonso Arinos de Melo Franco, ressoou o mesmo em meu mundo interior com um tom de comando. Em segundo lugar, porquanto, se eu faltasse a este encontro, estaria a faltar a um reencontro sagrado para a minha escala de valores. Permito-me, assim, por um momento embora, para que

possais todos melhor sentir comigo as emoções que estão a revoltear no meu “eu” mais profundo e para que possais partilhar de minha reverência e de minha saúde, permito-me inverter a ampulheta do tempo e, soltas as asas da imaginação e da lembrança, voltar aos idos de 1934 e 1937. Nesta cidade, meu pai, Victor Russomano, médico por formação e vocação, político por incontornável vocação, sociólogo, escritor, tribuno de porte, defensor dos direitos femininos, havendo redactado durante o seu curso de medicina que findou em 1914, um livro lançado e editado em Lisboa, revolucionário, intitulado “Escravidão social da mulher”, meu pai exercia, naquela época, nesta cidade, as funções de legislador constituinte. E, logo após a promulgação da Constituição de 1934, as funções de deputado federal. Pressentindo uma existência curta, preocupava-se em proporcionar a mim e a meu único irmão, Mozart Victor Russomano, hoje Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, uma positiva formação cultural de base. Escolheu, assim, para que continuássemos o nosso curso ginasial — eis que, segundo ele mesmo nos disse com um travo de amargura ou de angústia na voz, essa seria a única herança que nos poderia deixar — escolheu um antigo colégio particular, na Praia de Botafogo, o que lhe custou um corte drástico no nosso reduzido orçamento familiar, eis que sempre viveu em moldes muito singelos e muito modestos, não tendo outras fontes de renda a não ser aquelas que provinham dos subsídios como congressista.

Desgraçadamente, seu pressentimento cumpriu-se. Ele morreu logo após, no Rio Grande do Sul, em 1937, numa campanha política, numa tribuna política, na plenitude de seus 46 anos, distante do grupo familiar pequeno, lá longe, na serra, na distância, no nevoeiro, fulminado por um derrame cerebral, enquanto uma tempestade varria nosso Estado de ponta a ponta, cortando cerce qualquer possibilidade de comunicação.

Naquele instante preciso, a minha vida partiu-se em pedaços, pedaços jamais rejuntados, mas que todo este contexto, esta hora, este instante, me induzem ou me ensinam a rejuntar parcialmente embora. Aquele colégio que ele nos destinara era o antigo Colégio Aldridge, onde hoje se erige parte desta Fundação e cujas iniciais ainda se encontram esculpidas numa de suas portas principais. Vós, com o vosso chamamento, colocastes-me face a face àquilo que foi, ou antes, àquilo que é. E tudo se passa, dentro de mim, como se o tivesse, finalmente, à minha frente, podendo dizer-lhe: Pai, aqui me encontro, com a esperança interativamente renovada de não haver esmaecido ou esgarçado a esperança que em mim depositaste. Aqui estou, orgulhosa de participar de um luta que foi tua, a luta pela afirmação da mulher. Pai, aqui me acho, praticamente no lugar onde tu me deixaste. Quando? Há 44 anos? Não, no lugar onde, há bem pouco, ontem, talvez, tu me deixaste.

Se visualisarmos as franjas do pretérito, vamos verificar que a existência da mulher foi continuamente marcada por opressões e compressões. Quer nos tempos primitivos, em que o homem, armado do sílex, saía à procura do alimento ou na perseguição do inimigo; quer nas fases em que a agricultura e a pecuária passaram a ser o eixo de suas preocupações, quer na era lendária da Grécia antiga; quer nos anos do esplendor de Roma; quer na longa noite que enclausurou, de certo modo, a cultura nos subterrâneos da Idade Média; quer no período áureo do Renascimento e mesmo após esse período, em todas essas ocasiões a mulher viveu coartada numa ambiência negativa à sua afirmação intelectual. Ainda em períodos muito próximos de nós, recebendo, dentro do lar, tão só noções de pintura, de francês, de literatura, de piano, ela estava numa situação em que se lhe impedia o desenvolvimento do seu raciocínio e os vãos de sua inteligência.

Apenas a I Guerra Mundial quebrou esta moldura construída e cimentada ao largo dos séculos. Nós bem o sabemos que, quando os homens foram chamados para os campos de batalha, as mulheres tornaram-se imprescindíveis em setores onde, até então, apenas eles atuavam. E mesmo sem uma preparação devida, elas realizaram múltiplas e difíceis atividades, demonstrando que poderiam permanecer, não apenas nos níveis mais simples, de execução, mas também nos níveis mais elevados, nos níveis de direção.

O mundo assistiu, então, a uma inesperada revelação: a mulher demonstrou que a sua decantada inferioridade não passava de um simples mito e que, mesmo sem realizar cursos sistematizados, guiada pela sua inteligência e pelo seu raciocínio, logo após burilados pelos dedos mágicos do estudo e da pesquisa, poderia realizar tarefas complexas, cumprindo, de alto a baixo, a sua missão.

A mulher sentiu que se equiparava ao homem e que o patriarcado, a simbolizar, na expressão do jurista, o “auge do despotismo do varão”, estava destinado a inserir-se no rol dos fenômenos históricos superados. “A onda de simetrização entre os sexos”, também na expressão do jurista, “irresistível como todos os fatos da física social, penetrou no Brasil”. Em etapas sucessivas a mulher foi, lentamente embora, assumindo um novo lugar em todo o contexto sócio-político, mas sem que pretendesse o nivelamento total, uma igualização completa, porquanto, todos nós sabemos à sociedade, ambos os sexos são marcadamente, heterogêneos.

A experiência vivida mostrou-nos que, neste processo de nivelamento, a mulher jamais desejou, salvo naquele período, digamos, inicial, um tanto revolucionário, logo posterior à I Guerra Mundial, em que ela, encarnando a figura da “sufragista” ou feminista, passou a vestir-se como homem, tendo a ousadia de fumar em público, a mulher em realidade não quis jamais, como não o quer, despojar-se de seus atributos essenciais, de sua feminilidade, de sua tríplice função dentro do lar, na condição de filha, esposa e mãe. A experiência vivida, porém, mostrou-nos, em contrapartida, que, se não haveria de fazer igual o que diferente era, mister se tornava “desbastar desigualdades artificiais, eliminar-se o antigo erro de tratar-se diferentemente homem e mulher, onde e quando são iguais”. A experiência vivida, numa palavra, apontou-nos a direção. Em múltiplos setores poderia haver um nivelamento entre o homem e a mulher. Portanto, também na dimensão em que reponta a problemática da representação política.

A igualdade entre homem e mulher, que tomou a força de uma idéia de justiça, projetou-se a esta dimensão, muito embora alguns Estados opusessem barreiras ao nivelamento em tela. É de lembrar-se o exemplo da França, tão contraditória, eis que marcou o século XVIII com seus movimentos de reivindicação que se projetaram sobre todo o Ocidente e apenas permitiu a entrada de uma mulher em sua Academia de Letras; a França tão só em 1944 deferiu à mulher capacidade eleitoral. Em contraposição, no apagar das luzes do Século XIX, em 1892, a Nova Zelândia deferiu à mulher o direito de voto.

Em nosso meio, houve um rompimento da orientação clássica com o Código Eleitoral de 1932, que deferiu à mulher a capacidade eleitoral ativa, através da qual ela poderia votar, bem como a capacidade eleitoral passiva, mediante a qual ela poderia ser votada.

Aliás, este Código Eleitoral, que teve expressiva ressonância em nosso meio, simbolizou a legítima legislação ascendente, ou seja, aquela que brota do próprio povo, dos seus anseios mais marcantes e das suas necessidades mais profundas. É de notar-se que, quando dos trabalhos da Assembléia Constituinte que então se reuniu, uma representante paulista ali atuou decisiva, direta e positivamente. E é de observar-se que a Constituição de 1934, constitucionalizou os preceitos

do Código Eleitoral de 1932, rasgando a senda que foi seguida pelas demais Constituições Republicanas em nosso país.

O perpassar dos tempos, entretanto, vem demonstrando que os preconceitos insistem em enredar o nosso processo evolutivo. Daí decorre que a capacidade eleitoral passiva, a de ser votada, a mulher tem, principalmente, em estado potencial. Os nossos órgãos legislativos não contam, ainda, com a presença feminina numa proporção razoável e satisfatória. Os órgãos Executivos, pelo menos a chefia dos mesmos, permanecem, praticamente, alheios à figura da mulher. Os órgãos judiciários que, todos o sabemos, não se constituem pelo voto, mas que estamos a referir para completar o nosso pensamento, mantêm-se muito reñitentes em aceitar a figura feminina, bastando que lembremos, a título apenas de exemplificação, que, até 1977, contornando-se a lei e usando-se mil e um subterfúgios, a magistratura estadual no Rio Grande do Sul foi vedada à mulher. Daí decorre, simplesmente, que as leis, milenarmente, redigidas, executadas e interpretadas pelos homens, continuam a ser redactadas, dinamizadas e aplicadas pelos próprios homens.

No nosso entender, um grande e decisivo passo, que deveria e poderia ser dado neste setor seria aquele que levasse à integração da mulher no Poder Legislativo. Embora o Estado do Bem Estar Social haja drenado parte da elaboração das leis para o Poder Executivo; embora, na atual conjuntura em que vivemos — e as estatísticas aí estão a comprová-lo, o Poder Executivo, dentro de nossas fronteiras, legisle mais do que o Poder Legislativo, este, em derradeira análise, detém a tarefa que o modela, que o caracteriza, que lhe defere o nome, função de tal relevância que, no passado, arrancou de Voltaire a exclamação: “Os verdadeiros conquistadores são aqueles que sabem fazer as leis” e, ainda em nossos dias, obteve, de Pontes de Miranda, a assertiva: “Quem faz a lei é o verdadeiro mestre da vida social”. Ora, a lei ordinária, por exemplo, provinda do Congresso Nacional, tem o seu âmbito de validade extensivo a todo o território nacional, rege múltiplas relações, complementa o que o texto constitucional estabelece, desdobra-o, ajusta-o, adequada-o às novas realidades que a evolução vai compondo. Inflète, portanto, no plano ou sobre o plano relativo a interesses marcadamente femininos. E situações há, peculiares à mulher, que não podem ser normatizadas devidamente sem que sobre essa normalização recaia a influência imediata, direta, da própria mulher.

Mas, insistimos, a representação feminina nos órgãos legislativos é de todo em todo insatisfatória. Apesar de realizar ela cursos sistematizados e, também, as estatísticas demonstram que, nas universidades, o contingente feminino é superior ao contingente masculino — e apesar de suas vivências, a feitura das leis continua a ser um privilégio dos homens. Basta lembrarmos, por exemplo, o seguinte: quando da redação do anteprojeto do Código Civil que ainda se encontra a tramitar indefinidamente no Congresso Nacional, já tendo sido apostas ao mesmo inúmeras emendas, quando dessa redação, embora se tenha pinçado uma opinião feminina aqui e ali, numa mesa-redonda, numa reunião, em Congressos Jurídicos, é de perguntar-se; onde a participação real da mulher? E tratava-se de assuntos que a interessam profundamente, sobretudo na parte relativa ao Direito de Família. Como conseqüência, naquele anteprojeto, estão inseridos dispositivos que vão ao arrepio dos mais legítimos interesses femininos. Na verdade, prescindiram de suas idéias, de seus raciocínios, do calor de suas experiências, raciocínios e idéias que poderiam e deveriam ter sido trazidos à pauta dos trabalhos e discussões. Aliás, apenas à guisa de ilustração, gostaríamos de lembrar que, numa época em que a moral se transforma ou se deforma; em que a

liberdade sexual feminina é encarada sob um outro prisma (e não estamos aqui a pregar a liberdade sexual da mulher nem a efetuar sua condenação); em que a virgindade deixou de ser um tabu, quando a mulher pensa que está liberada, realmente, de um passado e se encontra numa nova ambiência, o que sucede? Verifica que num velho Código Civil, elaborado quando ainda se desenrolava a Primeira Guerra Mundial, promulgado naquele período, há um dispositivo que permite ao homem anular o casamento, se verificar que a sua mulher não era virgem quando da contração das núpcias. Quando a mulher, então, insistimos, crê que está imersa numa ambiência de todo em todo distinta e que não tem que trazer à tona, antes do casamento, problemas dessa natureza, como o homem jamais os trouxe, o que se passa? Grita mais forte a mentalidade paternalista, ou se quisermos utilizar um termo mais candente, que não está muito de acordo com o nosso modo de ser, grita a mentalidade "machista". E grita, não apenas através desse preceito que está engastado no Código e que ali poderia permanecer inocentemente, se não fosse aplicado. Grita, insistimos, através de pronunciamentos de nossos Tribunais que, face a ações movidas por maridos, tem dado ganho de causa a eles próprios. Tal sucedeu, recentemente, em 1978 e em 1980, mediante decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.\*

Se, no Poder Legislativo, a presença da mulher é insatisfatória, nós observamos que as relutâncias ampliam-se, multiplicam-se quando se trata da sua presença na órbita do Poder Executivo, onde, naturalmente, os postos mais elevados de chefia lhe vêm sendo iterativamente negados.

Apesar do exemplo do panorama universal que nos aponta mulheres em posições de destaque embora com regimes de governo diferentes, em nosso meio, o que observamos? A mulher chega, às vezes, a ser eleita Prefeito Municipal. Até agora, ao que me consta, não ascendeu, esperamos que logo a situação se modifique, não ascendeu aos cargos de Governador ou Vice-Governador, muito menos, naturalmente, os de Presidente ou Vice-Presidente da República. Talvez o fato de o nosso regime de governo ser presidencialista, portanto monista, exacerbe o receio de colocar nas mãos frágeis de uma mulher uma soma tão grande de poder. De qualquer forma, essas prevenções projetam-se quando da escolha dos auxiliares daqueles que se encontram à testa dos cargos mais relevantes. No nível municipal, nós ainda observamos uma ou outra mulher ocupando uma Secretaria. No plano estadual também raramente, uma ou outra mulher é escolhida para Secretária de Estado. Mas jamais se escolheu uma mulher para sobraçar uma pasta ministerial. Estas restrições, cremos, não têm absolutamente suporte, não têm nenhum respaldo, eis que a mulher, em determinadas condições, podendo aliar à sua capacidade, à sua inteligência, à sua formação cultural, podendo aliar a tudo isso a brandura de seu coração, terá condições de conduzir, retamente, suavemente, o nosso país rumo aos seus mais altos destinos. Todos esses fenômenos demonstram-nos uma inadequação entre o que a Constituição reza e o que se passa no meio social. Essas irregularidades, que vão ao arrepio da igualização dos sexos na órbita da representação política, essas irregularidades revelam que a mulher está carente, como esteve o negro, de um legislador da envergadura de um Afonso Arinos que derrube, de uma vez por todas, a couraça medieval das convenções. Para que se altere, porém, todo este contexto, para que

\* N. da R. Logo após a realização desta mesa-redonda, a Senadora Eunice Michiles apresentou projeto de lei propondo a revogação do preceito do Código Civil mencionado.

se evite a defasagem, na expressão do próprio professor Afonso Arinos, entre “norma constitucional e a sua operatividade histórica”, é indispensável que haja uma atuação constante, persistente, corajosa, ininterrupta. Para tanto, inúmeros caminhos se nos abrem e cremos nós que um dos mais relevantes é o que leva em linha de conta os partidos políticos. Estes, de acordo com a Lei Orgânica que os rege, devem, na constituição de seus diretórios, assegurar, quanto possível, a representação das categorias profissionais. Se esse dispositivo fosse alargado, estatuindo-se que na constituição dos diretórios se asseguraria, também, quanto possível, a representação da mulher, quando da elaboração das listas dos candidatos que concorreriam aos próximos pleitos, haveria muito mais possibilidade de serem inseridos nomes femininos naquelas listas. O povo, naturalmente, vota naqueles que os partidos apontam, porque vivemos num Estado de partidos. Ora, nós sabemos que os próprios partidos políticos, face às precariedades da nossa situação, da nossa formação cívico-político-partidária, muitas vezes, ao escolherem determinada pessoa para candidato, não compulsam as suas reais condições, e sua capacidade, não levam em linha de conta as altas funções que ele vai exceder; mas, sim, compulsam a sua capacidade ou as suas condições eleitorais e eleitoreiras. Então, é escolhido e é indicado aquele que pode carrear em número maior de votos para os quadros partidários. Ora, talvez os que integram os partidos políticos possam fazer o raciocínio de que, tendo a mulher ainda incipientemente iniciado a sua atividade nesse setor, ela não terá condições de trazer um número de votos satisfatório para o partido. A ser exato esse raciocínio, criarse-á um verdadeiro círculo vicioso: não se elegem mulheres, porque não são referidas como candidatas; não se escolhem mulheres, porque elas não seriam eleitas. Acentuar-se-á talvez que, apesar de toda essa atuação marcantemente masculina, em termos de legisferação, muito se tem feito em favor da mulher. Trar-se-á, provavelmente, à tona, o Código Eleitoral de 1932, a que já nos reportamos, e à tona, provavelmente, trar-se-á, talvez, a Lei n.º 4.121, de 1962, que, dentre alguns dispositivos favoráveis à mulher, ao fim e ao cabo, subtraiu a mulher casada do rol dos relativamente incapazes, onde estava ela inserida ao lado dos silvícolas e dos menores de 16 anos. Mas, em contrapartida, nós poderíamos afirmar que muito, muito mais se poderia ter realizado se no Poder Legislativo, na sua tríplice dimensão, Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal, a presença da mulher se fizesse sentir de maneira direta e de maneira imediata. Mister se torna, então, — e cremos que estamos quase a efetuar uma inversão do que foi proposto, porque nós começamos falando na representação e parece estarmos concluindo pelas bases — mister se torna, em nosso entender, que os nosso povo, devidamente elucidado, através dos mais diversificados meios de comunicação e através de trabalhos em pequenos grupos, trabalhos comunitários em que se dinamize o diálogo, mister se torna que o nosso povo, que as autoridades que detêm qualquer parcela de poder, que os partidos políticos atuem convergentemente, no sentido de inserir a mulher na representação política. Mais do que tudo, porém, talvez mister se torne que nós, mulheres, não nos flexionemos aos “preconceitos”, ou “conceitos”, que a nós parece que o prefixo já caiu há muito tempo, cimentados ao largo dos tempos; que nos conscientizemos da nossa nova posição no grupo social, não nos tornando presas dessa espécie de síndrome de ruptura a que se reportam alguns escritores e que se traduz no temor de romper os elos com aquilo que fomos. Mister se torna, dizíamos, que aprendamos — e isso é grandemente importante — a confiar em nós mesmas, para podermos projetar a nossa confiança àquelas que iremos eleger. Mister se torna, enfim, que nos decidamos, apesar de tudo e apesar de todos, a marchar

lado a lado ao homem, como sua companheira, dentro do lar, e em todas as dimensões sobre as quais possamos projetar a nossa capacidade. Parafraseando Roosevelt, para quem “nenhuma Nação chegará a ser próspera enquanto o seu povo viver na miséria”, podemos acentuar que nenhum Estado atingirá o seu desenvolvimento, em termos mesmo de democracia, se um contingente relevante de sua população, traduzido pelo sexo feminino, não estiver realmente integrado na representação política. Parafraseando, ao fim e ao cabo, o jurista, poeta e escritor uruguaio Eduardo Couture, podemos lembrar que durante largos anos, colocando-se, num dos pratos da balança que simboliza o binômio homem-mulher as reivindicações masculinas e, no outro, as femininas, o fiel sempre se inclinou em favor daquele em que se encontram as prerrogativas do homem. A mulher, porém, fazia com que aquele fiel voltasse ao seu ponto e, para tanto, depunha, sobre o prato em que repousavam as suas frágeis conquistas, a pétala de rosa perfumada pela afetividade, pela compreensão e, talvez, por uma resignação milenar. Hoje, como ontem, a mulher deseja o restabelecimento do equilíbrio. Os tempos, entretanto, transfiguram-se. Ao invés, pois, de depor sobre aquelas prerrogativas, a pétala de rosa tradicionalmente carregada de seu subjetivismo, espera que o homem chame a si a tarefa de compor a harmonia e que deposite, assim, sobre aquelas prerrogativas preceitos legais taxativos, categóricos, incisivos, auto-aplicáveis, incontornáveis, que a reconheçam na plenitude que ela é: um ser humano íntegro, digno, capaz, apto, portanto, a integrar-se em todo o nosso largo, complexo e difícil processo da representação política.

Era isso.

*Presidente* — Muito obrigado à Prof.<sup>a</sup> Rosah Russomano, cuja intervenção foi ouvida atentamente, baseada na sua notória competência na área a que ela se dedicou e que ela adaptou nas inspirações de um depoimento. Mas eu não me vou demorar sobre a sua contribuição, porque no fim da reunião procurarei fazer um resumo do que, do ponto de vista do Presidente, se poderá extrair dela.

Eu tinha dito, no princípio, que não haveria indicação de oradores, mas como estou notando que há o que eu chamaria de modéstia excessiva, darei a palavra ao meu querido companheiro Prof. Evaristo de Moraes Filho.

*Evaristo de Moraes Filho* — Muito obrigado.

Vou ser breve. Como a minha querida Rosah começou a citar o pai dela, eu também tenho um pai citável. Entreguei à Livraria Freitas Bastos, há uma semana talvez, a segunda edição das “Reminiscências de um rábula criminalista”, de meu pai. Ele se formou com 45 anos de idade, em 1916. Foi rábula até 1916. Pois bem, um capítulo lá se encontra sobre a primeira advogada que falou no Tribunal do Júri, em 1899, Mirthes Campos. Guardem esse nome. Formou-se em Direito, apresentou-se ao Tribunal do Júri defendendo alguém. O Presidente do Tribunal citou a doutrina romana, em que a mulher não podia defender no Tribunal, parece mentira, e ela não defendeu. Isso em 1899. Quis entrar para o Instituto dos Advogados em 1901, e o grande Carvalho Mourão, que foi cate-drático de Direito Penal na nossa Faculdade e Ministro do Supremo, deu parecer contra. E ela não entrou para o Instituto. Vejam como tudo se transformou, bem rápido... Mas não pôde entrar para o Instituto dos Advogados, porque era mulher, embora com o diploma na mão! Coube a Viveiros de Castro, um maranhense de muito talento, que era o Presidente do Júri, “forçar a barra”, e ela o de comparecer como defensora no Júri. Tudo isso está no livro de Evaristo de Moraes, com mais de dez páginas de exposição. E vejam como ainda no início deste século se dava isso! Agora, o outro lado, para ser o acalanto e a animação de vocês, mulheres: eu participei, há dois meses, do concurso para a magistratura,



para juízes da Justiça do Trabalho. Compareceram 22 candidatos ao exame oral. Foram reprovados cinco, duas mulheres e três homens. E foram aprovados, desses 17 que sobraram, 10 mulheres e 7 homens. Como o sexo feminino começou mais tarde a corrida, raras ainda são as mulheres que se encontram nos tribunais; no Superior não tem nenhuma, no Regional uma ou outra, mas na primeira instância, aqui no Rio de Janeiro — já chamado de matriarcado — elas já dominam.

Nas Faculdades de Artes, de Literatura, de Direito e mesmo nas de Economia e de Filosofia, o predomínio é da mulher. E nas técnicas também esse número vai num crescendo notável.

De modo que, nesses 80 anos, que já comecei com Mirtes Campos, e assim do *dies a quo*, o dia em que começaram, ao *dies ad quem*, que é o dia de hoje, digamos a mulher já realizou grande conquista. Já há na consciência social um dado tranqüilo: que isto que a Prof.<sup>a</sup> Rosah — tirando o *pré* — chamou de *conceito*, já é unânime, tranqüilo, pacífico; o pouco que permanece contra, isto sim, é mero preconceito irracional. Há muito a conquistar ainda. Por exemplo: É raro mulher na presidência sindical ou mesmo na diretoria dos sindicatos.

Há certa resistência, mas também elas têm que conquistar. Lembro-me bem que o Sindicato dos Farmacêuticos foi durante muito tempo presidido por uma mulher, D. Bremecker, lutadora, enérgica, inteligente.

É claro que quanto mais próximos nós estivermos dos profissionais liberais — como aqui somos todos nós, uns privilegiados o tema — a coisa é mais fácil de se discutir, de se dizer, de se expor. Há mais fôlego para esperar entre os profissionais liberais. Atualmente, os três ou quatro maiores livros, nacionais no meu entender, sobre a mulher — não vou dar os nomes dos autores, porque sempre cometem injustiças quando se considera “o maior”, “o menor” — estão preocupados com o tema do trabalho. Estão preocupados com o trabalho, a produção, a atividade profissional. De modo que o lado político, o lado, digamos assim, de participar da elite, já vem sendo estudado a mais de um século, agora voltam-se os estudos mais sérios para o trabalho da mulher, para a mulher operária, para a mão-de-obra qualificada, ou não, para aquela que pode ser explorada quer por um homem, quer por outra mulher. Deve-se evitar o simplismo de querer dividir toda a estratificação social, toda a estrutura social, em macho e fêmea: os machos ruinzinhos e as fêmeas boazinhas, como disse ainda antontem no jornal *A Tribuna da Imprensa* a minha colega de diretoria do Sindicato de Escritores, Rose Marie Muraro. Nessa diretoria predominam as mulheres. Exemplos: a vice-presidente é Nélide Piñon, Rose Marie Muraro e Gema Benedict também fazem parte da diretoria. A minha querida amiga, Rose Marie deu ontem uma entrevista de página inteira, e diz de forma maniqueísta que “a mulher é a vida, o homem a morte”. Quer dizer, está um pouco forte, não? Mas, afinal, isto é uma atitude intelectual, é uma atitude de quem se encontra na luta e na trincheira, com certa força de expressão de liderança.

Agora, do ponto de vista trabalhista, a mulher ainda tem que alterar alguma coisa, embora tenha conquistado já muita coisa também.

Em 1917, Vicente Rao apresentou uma tese para professor da Faculdade de Direito de São Paulo com o título “O direito da mulher ao produto do seu trabalho”. Em 1917, logo depois de promulgado o Código Civil. Era uma crítica ao Código Civil e era um livro, para a época, bem avançado. Hoje em dia, principalmente depois da lei de 1962, a mulher tem direito a bens reservados no patrimônio do casal. Ela é detentora do produto do seu trabalho, ela pode trabalhar sem o consentimento expresso do marido. Até discute-se muito se essa lei, de

Nelson Carneiro, revogou ou não o art. 446 da Consolidação, que está em vigor desde 1943. O artigo 446 da Consolidação, quanto à mulher casada e ao trabalhador com mais de 18 e menos de 21 anos, presume-se autorizado o seu trabalho. Já em 1943 assim dispunha a Consolidação, isto é podem trabalhar sem autorização prévia. Mas o mesmo artigo permite também, logo depois, que o marido ou pai requeira o impedimento desse trabalho, se for nocivo ao lar, ou à moral. Ainda fica o marido ou pai com a faca e o cutelo na mão, embora é claro, seja a justiça quem vá decidir. A lei de 1962, no meu entender, revogou este dispositivo. Não há mais mera presunção, há agora o direito pleno da mulher poder trabalhar.

Outro artigo lá adiante, o 792 também na Consolidação, e em vigor desde 1943, permite à mulher casada e ao maior de 18 anos o direito ser parte, de estar na Justiça, de reclamar, sem autorização nem assistência do seu marido.

Há algumas coisas que devem ser alteradas. Sem dúvida, deve ser considerado o momento histórico. Quando foi Promulgada a primeira lei de proteção à mulher, a 21.417-A/32, decreto de Getúlio, estavam surgindo aqui no Rio de Janeiro as primeiras garçonetes, como eram chamadas. Trabalhavam até nove ou dez horas da noite (em restaurantes automáticos). Isto era uma novidade, que ia tomando conta da cidade. Daí a lei do Getúlio de sentido moralista. É preciso ver bem que o novo costume checava a sociedade tradicional. Isso que vocês conhecem muito bem, o paternalismo, se fez sentir. O legislador encarnava o velho pai, e o velho marido. Exigia-se então, o que ainda está em vigor hoje, na Consolidação, o atestado de bons antecedentes e de saúde física e mental. De certa maneira, tal dispositivo ainda está em vigor. A mulher, para trabalhar de noite, precisa apresentar tais atestados (art. 380 da CLT).

Esse paternalismo foi sufocante. A intenção era boa, sem dúvida, mas dizem que o céu, ou o inferno, está forrado dessas boas intenções. Isto ainda está em vigor e precisa realmente ser revogado.

Quanto à extensão do auxílio-maternidade, a mulher a conquistou, mais depressa do que esperava, através dos sindicatos de ponta de liderança. Esses sindicatos, mais aguerridos e fortes, marcam e impulsionam todo o movimento sindical do brasileiro. Foi por eles conquistada a estabilidade condicional. Se a mulher está grávida, não pode ser despedida. Não precisa esperar as oito semanas antes do parto, para adquirir o direito. A qualquer tempo, basta provar que está grávida, e já não pode mais ser dispensada. Isto não está na lei com esta amplitude. A lei só dá direito, oito semanas antes do parto de salário integral e quatro semanas depois do parto. Foi uma luta árdua para chegarmos a isso. Hoje, através de sentença normativa do Tribunal, uma vez grávida, provando ao patrão que está grávida, com atestado médico de qualquer qualidade, de qualquer autoridade, ela adquire estabilidade condicional até 1 ano depois do parto. Este no meu entender — e todas as feministas têm dito isto, como Viola Klein, todas elas o têm dito — este é o problema central da mulher que trabalha: a maternidade. Enquanto a mulher não é mãe, ela é praticamente um ser humano igual ao homem. Mas quando ela é mãe, que tem que dar à luz, amamentar, cuidar do seu filho, aí tudo muda de figura, com outros interesses a proteger.

O problema principal das grandes cidades é o problema das creches. Onde deixar os filhos? A legislação atual dá dois descansos, de meia hora cada um, até a criança ter 6 meses, um descanso de manhã, outro à tarde, para amamentação (art. 396). E as empresas com mais de 30 operárias com mais de 16 anos de idade são obrigadas a manter creches para suas empregadas (§ 1.º, do art. 389). Mas esse problema em verdade não é só da empresa. Esse problema é social: é municipal, é estadual, é federal. A criança é filha de nós todos, não

é só daquela mãe operária e, muito menos, só daquela fábrica. Claro que a fábrica que a ocupa, que tem o emolumento, tem que ter o ônus também, mantendo as creches. Mas o problema da creche é o problema fundamental. Fazer o que com essas crianças? Creche de bairro, creche de vizinhança, creche de fábrica, municipal, estadual e assim por diante. A lei diz que, dentro de suas possibilidades, o INPS criará creches. Ele, coitado, está tão deficitário que não tem nem como pagar as aposentadorias de velhos, quanto mais amparar crianças que estão surgindo agora! E como ele a LBA e todos esses organismos de assistência social. A mulher pode vir a conquistar, como disse a Professora Rosah, certas funções de mando, de poder fazer as leis, no Legislativo, e de aplicá-las no Judiciário, e no Executivo, e assim por diante. Tenho a impressão de que, quanto a essas aspirações, há um denominador comum. Todos estão de acordo. A realização é que depende das circunstâncias, fora o preconceito, do estado econômico da Nação, do bairro, do município etc. Mas, vendo tudo o que a mulher já conquistou, grande é a esperança, ou melhor a certeza, de que irá conquistar tudo que ainda lhe falta para equiparar-se ao homem, em igualdade de direitos na sociedade contemporânea.

Acho que se trata simplesmente de preencher quantitativamente os novos direitos, que a já opção qualitativa para uma sociedade melhor e de uma mulher, também, melhor, nesta mesma sociedade, já está feita e no caminho.

Para encerrar, digo que não se deve, maniqueisticamente, querer dividir toda a estratificação social, toda a estrutura em macho e fêmea. Por quê? Porque uma mulher proprietária, uma mulher empregadora, uma mulher rica ou detentora do poder explora uma mulher pobre, ou fraca como qualquer rico explora qualquer pobre. Não vai ser pelo sexo que ela vai passar a mão pela cabeça. Assim como nós homens exploramos outros homens. Sou contra essa formação biológica, que só vê na humanidade macho e fêmea. Não. Os problemas sociais são tantos e tão iguais para os sexos, tão necessários, como a inflação, a miséria, a exploração, a ignorância, tudo isso abrange ambos os sexos. Mas as mulheres, dizem com razão que elas sofrem todos esses problemas gerais, mas sofrem ainda mais os seus que lhe são peculiares. Estou plenamente de acordo. Mas a luta deve ser conjunta, por uma sociedade melhor em que todos esses direitos sejam reconhecidos e também de todos os pobres, de todos os marginalizados do mundo.

*Presidente* — Muito obrigado ao professor Evaristo de Moraes. Quando tiver oportunidade de encerrar a sessão me referirei a algumas contribuições ou, pelo menos, a algumas iluminações se eu posso empregar a expressão de Rembaud, que ele trouxe ao tema.

Darei, agora, a palavra à professora Fúlvia Rosemberg, da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo.

*Fúlvia Rosemberg* — Como não conhecia o sistema de trabalho das mesas da Fundação Getúlio Vargas, academicamente eu havia preparado uma exposição por escrito, analisando detalhadamente a situação atual da mulher no sistema de ensino brasileiro. Acho que não tem muito sentido expor o que preparei pois formalizaria minha participação.

*Presidente* — A senhora permite um pedido? É que fora da contribuição que vai apresentar oralmente, eu gostaria de receber o seu trabalho escrito para ser, também, publicado por nós na *Revista de Ciência Política*.

*Fúlvia Rosemberg* — Apenas acho que o trabalho ficaria muito formal, tendo em vista os depoimentos que foram feitos, se eu passasse a ler.

*Presidente* — Mas, não se importa que nós publiquemos?

*Fúlvia Rosemberg* — Não, depois de fazer uma revisão.

No que vou falar vai existir improvisação, mas é uma improvisação assentada numa história que venho vivendo enquanto mulher pesquisadora e que apesar de oriunda de classe média, também se sente discriminada. Minha preocupação maior com a condição feminina se situa, no plano acadêmico, ao nível da educação formal e informal. Uma observação que tenho feito freqüentemente, talvez revelando uma tendência do brasileiro, e que atinge também o campo de reflexão sobre a mulher, é a tendência de negar a existência da discriminação. Se a situação da mulher, hoje, na década de 80, é bastante diferente de 15 anos atrás, é importante que a gente reflita sobre essas transformações que estão ocorrendo e analise aquilo que ainda está por ser feito. Analisar se muitas dessas transformações são realmente em favor da mulher. Por exemplo, um fato que tem sido apontado aqui várias vezes diz respeito à participação da mulher no ensino formal. Em todos os graus, principalmente à medida que se vai subindo no nível escolar, percebe-se que, da década de 70 para cá, correspondendo aproximadamente à expansão da matrícula do ensino brasileiro, a mulher vem cada vez mais participando do ensino formal, enquanto aluna principalmente nos níveis superiores. O grande salto na metade da década foi a entrada maciça de mulheres na universidade. E isso tem sido apontado em documentos oficiais como sendo um índice importante da emancipação feminina no Brasil. Se a gente analisar um pouco a distribuição dessas matrículas femininas nos diferentes ramos do ensino, pode-se perguntar qual é o significado real dessa expansão. A gente percebe, por exemplo, que nos últimos vinte anos essas matrículas pouco se têm alterado qualitativamente. A mulher continua dando preferência “às carreiras humanísticas” — letras, ciências humanas de modo geral, Escola Normal, no segundo ciclo — também é muito importante o fato que essa “preferência”, essa “escolha” da mulher ela pode se processar muito precocemente, desde que o sistema de ensino lhe permita. O que significa isso? No início disse que essa expansão tem um significado, que ela deveria ser reanalisada em função de sua qualidade. Quando a gente pensa que ensino formal pode ser usado como pretexto para encaminhamento a uma carreira profissional futura, percebe-se que muitas das profissões em que esses ramos do ensino vão desembocar são profissões socialmente menos valorizadas que as profissões masculinas. A moça freqüenta o curso normal e depois vai ser professora primária, ou, mais tarde, do 2.º ciclo. Não sei se vocês têm diante dos olhos a diferença de salário que existe entre a pagem da creche e um professor do Terceiro Ciclo e como isto está relacionado à maior proporção de mulheres. Quanto menor o salário no sistema educacional, maior é a proporção de mulheres trabalhando.

Um outro fato importante, às vezes mesmo dramático, que vem se observando é a entrada maciça de mulheres como professoras de 2.º grau. Analisando como se processou essa entrada de mulheres no corpo docente do antigo curso secundário, a gente vai percebendo que a entrada gradativa de mulheres é acompanhada de um recuo masculino, que, por sua vez, é acompanhado de uma deterioração clara dos salários. Isto vem ocorrendo com a carreira médica. Atualmente, o número de médicas vem crescendo. Muitas vezes esse aumento é apontado como indício da emancipação da mulher, que nós estamos vivendo oportunidades iguais às do homem. E a gente sabe, os Conselhos Regionais de Medicina, os sindicatos médicos, e outras organizações de classe enfatizam a perda de qualificação da profissão, a perda da sua característica de profissão liberal. Isto é, vem ocorrendo

o assalariamento do médico, que se vê empregado de outro médico ocorrendo uma real deterioração da profissão. Então, índices brutos, índices sem uma apreciação da transformação ou da permanência de certos atributos, a meu ver são índices muito frágeis para avaliação da condição da mulher. E por que é importante avaliar a situação da mulher no Brasil? Para a gente ter propostas de reivindicação, de transformações. As mulheres têm contribuído muito para fazer avançar essa reflexão, para explicitar suas propostas de transformação.

E, para mim, particularmente, lutar por essa transformação traz também a esperança de que não só a situação da mulher seja alterada, mas que se consiga questionar e modificar essa sociedade que é voltada para a produtividade e a rentabilidade, onde qualidades humanas essenciais são perdidas.

Um dos aspectos da humanidade, da vida do homem e da mulher, que essa alienação aparece de forma muito clara, é na maternidade como o senhor mesmo colocou. “O filho é da mãe, como a mãe é do filho” é como vivemos! Estamos muito longe de aceitar uma responsabilidade social na guarda e proteção da criança. É princípio constitucional que o Estado se envolva na educação a partir dos sete anos. E a criança até os sete anos? A CLT protege, até certo ponto, a amamentação do filho quando estipula que uma empresa que tenha, pelo menos, 30 empregadas entre 16 e 40 anos, tenha um local adequado para guarda e proteção, para amamentação da criança. Ora, seguindo informação do próprio Ministério do Trabalho, apenas 2% da força de trabalho feminino estaria coberta por este dispositivo da CLT. Poderia parecer que esse dispositivo beneficiasse e possibilitasse à mulher-mãe trabalhar fora e ter um lugar adequado para guarda e proteção da sua criança. Na verdade, isso ocorreria, em princípio, para apenas 2% das mulheres que trabalham fora. Em segundo lugar, as denúncias que têm sido feitas através de pesquisas das organizações de classe, femininas e feministas, têm mostrado que a própria CLT abre uma possibilidade para a criação de “creches fantasmas”. Eu não sei se estão a par, mas esta é uma situação que vem sendo denunciada por muitas mulheres: uma empresa só é obrigada a reservar um leito numa creche, não é obrigada a que esse leito, esse berço, seja ocupado. Então, a empresa estabelece convênios com creches, por exemplo com creches distritais. E um mesmo leito pode ser reservado para mais de uma empresa, o que faz com que ela cumpra apenas a exigência do dispositivo legal. E a possibilidade de que essa mãe, essa mulher trabalhadora possa desempenhar, em condição de igualdade com o homem, uma de suas funções sociais, não é preenchida. Contribuindo para que essa situação permaneça, a multa prevista para punir o não-cumprimento desse dispositivo da CLT, vai de 800 a Cr\$ 8 mil. Então, é importante, sim, mudar a legislação; é importante, sim, lutar para que essa legislação seja alterada, mas é importantíssimo que sejam criados canais de implementação dessa legislação. Sem eles, a legislação fica letra morta, sem eles nós temos a fachada de um país não discriminatório, quando sabemos no cotidiano e na vida vivida, que enfrentamos situações discriminatórias.

Gostaria também de fazer uma pequena análise, uma reflexão pessoal, a respeito de alguns componentes que se possa chamar de sectarismo na luta de mulheres e um certo isolamento que ela vem assumindo em determinados momentos históricos. Acho que se deve lembrar que esse “sectarismo” aparece em uma sociedade assenhada sobre uma visão do mundo centrada no homem, em que a ciência considerada digna é aquela feita pelo homem, com um conceito implícito de humanidade representada pelo sexo masculino. Basta a gente ler nossos dicionários de língua pátria: lá se vê por exemplo, como são definidos homem e mulher, que certas profissões femininas não são aí definidas — em suma que

respiramos uma pseudoneutralidade que na verdade reflete uma tradição de poder masculino. Muitas vezes, quando as mulheres passam e denunciar essa situação, acho que assumem posturas consideradas sectárias mas que inicialmente são importantes para isolar o fenômeno. E que, depois, com o desenrolar da História, com o processo todo e a tentativa de reintegração da compreensão do mundo, esse “sectarismo”, vai-se perdendo e se amortizando. Parece-me — e sinto isso muito pessoalmente na minha vida — que inicialmente é importante a gente descrever a dominação com contornos rígidos, muito claros, procurando provocar impacto muito forte, para que a gente consiga abalar a pseudodemocracia sexual, como também é importante que se continue a denunciar a existência de uma pseudodemocracia racial no Brasil, através de contornos muito fortes. Então, não é uma questão de pedir paciência, mas de que não se tentasse culpabilizar mais uma vez a mulher por ela assumir certas posturas no início do seu nascimento cultural e de seu nascimento histórico, da sua renascença. Depois do desenrolar dos trabalhos, gostaria de voltar a discutir sobre o problema da guarda e proteção da criança pequena, que está sendo hoje uma bandeira de luta muito importante e para a qual a gente vem enfrentando preconceitos muito arraigados em homens e mulheres de diferentes classes sociais. Nesse caso, eu me coloco não só como pesquisadora, mas também como mãe. Faz sete anos que tive meu primeiro filho, ele foi para a creche muito cedo e vivi muitos conflitos, alguns pessoais, como o sentimento de culpa, outros decorrentes de preconceitos de pessoas que não admitiam que uma criança pudesse ir para a creche e que fosse muito amada por seus pais. A luta por creche, entre outras coisas, significa também hoje uma tentativa muito séria de ruptura dos padrões de socializações tradicionais, sem que portanto a criança seja uma criança abandonada, sem que a qualidade de vida da criança seja deteriorada.

*Evaristo de Moraes Filho* — Muito bem.

*Presidente* — Eu agradeço à professora. E direi que estaremos todos atentos aos novos pensamentos e aos novos conceitos que quiserem emitir no curso dos debates, porque aqui não existem normas estritas de funcionamento da Sessão. Elas afloram, na medida em que as condições se apresentam favoráveis e as iniciativas são tomadas. Estamos, portanto, à espera da sua iniciativa para completar, na parte de contribuição ao cuidado da criança, a sua nova experiência e as suas fortes idéias.

Como é de hábito na Fundação, nós deixamos os nossos companheiros de casa que estão inscritos no debate — e só os inscritos no debate participam dele, é uma explicação que desejo dar da razão da ausência nos debates de tantos companheiros que aqui se acham, pesquisadores do Instituto, mas a companheira que está inscrita no debate é a Professora Aspásia Camargo. Como já falaram aqueles que vieram nos honrar com a sua presença, dou a palavra a esta nossa colega.

*Aspásia Camargo* — Início constatando que o Professor Afonso Arinos teve toda a razão quando introduziu nos itens do roteiro o problema da segregação feminina. De certa forma, foi esse item que permitiu a eclosão de uma linguagem talvez nova dentro do nosso debate.

Quando li o roteiro, a idéia que me ocorreu é que os diferentes itens, à exceção do n.º 3, refletiam uma certa forma de visualizar o problema feminino, uma certa linguagem de interpretação desse problema. Acho que essa linguagem muito válida e muito legítima foi expressa de maneira clara nas observações lúcidas do professor Evaristo de Moraes Filho.

Trata-se de saber se a mulher — este ator ou este segmento social emergente — numa sociedade que se moderniza, encontra um lugar legítimo para desem-

penhar diferentes funções, diferentes papéis. E o professor Evaristo nos apresenta um balanço extremamente otimista que a meu ver corresponde, em grande parte, à realidade dos fatos — mostrando que houve conquistas importantes. Realmente, o papel que hoje cabe à mulher é incomparavelmente mais justo do que aquele que ela desempenhou no passado. De modo que eu veria este enfoque como o de certo tipo de movimento feminino, que traz uma visão de justiça social, de direitos, de reivindicações.

A própria história do movimento feminino no Século XIX nos fala da conquista de direitos políticos, da conquista da cidadania, do sufrágio, da luta da mulher pelo exercício de uma profissão no mercado de trabalho. Tratava-se basicamente de uma posição reivindicativa, que encontrava enorme resistência na sociedade, mas que, em sua essência, correspondia à possibilidade de a mulher se inserir como um grupo de interesses entre os demais existentes na sociedade, a fim de assegurar os seus direitos.

Hoje, parece-me que ocorre um processo um pouco distinto, e justamente o que a Fúlvia nos tentou mostrar vai na direção que eu gostaria de tomar. O ponto central é o de que o movimento feminino sofreu uma transformação qualitativa muito grande, como fenômeno do pós-guerra. Essa transformação introduziu na discussão sobre o problema da mulher alguns dados que me parecem novos, mas cujo mérito não quero sequer discutir aqui. Eu não gostaria de me posicionar definitivamente sobre este problema, mas apenas constatar que as reivindicações femininas, hoje, não passam mais pelos canais dos grupos de interesses, das reivindicações de direitos, mas transcendem essa problemática e, de certa forma, diagnosticam o problema da mulher como um problema mais especificamente cultural, relacionado à inserção cultural da mulher na sociedade.

Não se trata de saber se a mulher está mais ou menos restrita ao nível do mercado de trabalho, ou mais ou menos restrita ao nível da política. Trata-se, segundo as diferentes contribuições contemporâneas, de mostrar que tudo faz parte do mesmo bloco e que, na verdade, a subalternidade feminina tem origens culturais que se sedimentam, basicamente, nos papéis que ela desempenha, especialmente dentro da família. O foco fundamental de origem do problema seria de caráter familiar, cujo conteúdo se prenderia mais à natureza dos papéis que a mulher desempenha do que propriamente aos direitos que ela poderia formalmente usufruir, nas diferentes estâncias da vida social.

O que quero dizer é que, quando se aborda o problema da mulher do ponto de vista cultural, evidencia-se que ela de fato está inserida num sistema de poder dominado e manipulado pelos homens, que permeia toda a sociedade. Em outras palavras, existe uma distribuição hierárquica que se sustenta nos papéis familiares e sexuais — papéis que são distribuídos em nome de diferenças biológicas ideologicamente manipuladas.

É curioso lembrar que Virgínia Wolf, já décadas atrás, reivindicava alguma coisa de que as mulheres estão reivindicando hoje: o direito, por exemplo, de ver reconhecido o seu trabalho familiar como um trabalho legítimo, ao contrário do não-trabalho a que tradicionalmente vem sendo relegado. Virgínia Wolf propõe, de uma maneira surpreendente, que se remunere o trabalho da mulher dentro de casa como um trabalho tão legítimo e tão válido socialmente quanto aquele que desempenha no mercado.

A essa distribuição hierárquica dos papéis sexuais e familiares corresponderia uma distribuição hierárquica no mercado de trabalho. E nesse ponto Fúlvia lembrou bem que as mulheres se concentram em funções subalternas: secretária,

mais do que uma executiva; enfermeira, mais do que médica; empregada doméstica em sua maioria esmagadora; e professora.

Há um ponto bastante curioso que eu gostaria de ressaltar: mesmo nas circunstâncias em que ela exerça funções e profissões consideradas não-subalternas, o fato de a mulher ocupar esse espaço, historicamente, tem levado a sociedade a subalternizá-lo. É um processo bastante cruel, mas acho que não ocorre no Brasil ou em países subdesenvolvidos, mas na União Soviética, por exemplo. Sabidamente, nesse país a medicina é exercida por uma maioria esmagadora de mulheres. E o que hoje se nota é que os diferenciais de salário entre médicos e engenheiros são bastante acentuados. Na área da eletrônica, no Brasil, também, ocorreu esse processo curioso. As mulheres foram solicitadas para certas funções consideradas estrategicamente importantes que exigiam minúcia e cuidado especial. Justamente no momento em que elas ocupam essas funções, os salários baixam. É um processo curioso este que determina que o fato de a mulher exercer determinadas funções, em certo sentido, as relega a segundo plano.

No plano da política, acho que este processo também pode ser visto de maneira distinta. Estivemos discutindo aqui se a mulher tem ou não o direito de participar de determinados cargos, atribuindo-se quase que uma solução para o problema político da mulher esta necessidade de estimular a sua participação ao nível da política. Penso que este novo enfoque sobre o problema feminino vem nos mostrar que a questão é muito mais grave, muito mais complexa. Não se trata de dizer que a mulher instruída é discriminada das funções políticas. O problema mais grave é que ela mesma, de certa maneira, se discrimina, na medida que se caracteriza por uma passividade muito grande diante dessas funções e desses cargos públicos. Trata-se de observar que existe um processo de socialização que reforça e reproduz papéis subalternos, tornando difícil à mulher, no pleno exercício de seus direitos, ocupar e exercer determinadas funções.

Eu não diria que o fato de a mulher não exercer as funções de governador ou de presidente da República se explique exclusivamente por uma não-aceitação social da mulher nestas funções. A meu ver, a própria mulher provavelmente não se encontra preparada para exercer as funções que tradicionalmente são identificadas com profissões masculinas, como parte de mundo dos homens. É interessante observar, então, que as tendências no sentido oposto são visíveis. Citamos, há pouco, o caso da nossa senadora Eunice Michiles, e poderíamos citar outros. No caso das prefeituras, há alguns dados interessantes, que nos mostram, por exemplo, que dos 3.950 municípios que existem no Brasil, em 1958, havia apenas cinco Prefeituras ocupadas por mulheres; pelos dados de 72, esse número teria subido para 54. Curiosamente, esse número expressivo se concentra no Nordeste brasileiro o que, de certa maneira, vem antecipar um argumento que eu gostaria de desenvolver depois, de que a sociedade tradicional, muitas vezes, delega à mulher funções extremamente importantes, como essas de chefe político, que ela desempenha, por exemplo, em sociedades como a nordestina. Ao contrário do que se pensa, nessas sociedades tradicionais, muitas vezes, o matriarcado é um elemento importante, e talvez isso explique o dado de que os prefeitos mulheres se concentram muito mais no Nordeste brasileiro do que no Sul.

Ainda repassando rapidamente essa nova visão sobre o problema feminino, eu gostaria de enfatizar o lado da ideologia. A ideologia do dominador, a ideologia do homem permeia todos os níveis da sociedade e teria gerado, em contrapartida, uma contra-ideologia feminina que consistiria, justamente, em tentar demolir, um a um, esses alicerces da dominação do homem. Cito aqui uma questão que



Fúlvia conhece muito bem porque trabalha com isso: o problema de comunicação de massa, o problema da socialização.

Ilustrando, pego uma definição do dicionário Mirador, utilizada para caracterizar enfermeiro e enfermeira. Enfermeiro é definido como aquele que trata dos doentes, e enfermeira é aquela que trata dos doentes sob supervisão de um médico. Esta especificidade só foi acentuada no caso da mulher. São exatamente essas mensagens subliminares que impregnam a cultura e que visivelmente preparam a criança para exercer determinados papéis ou para se culpabilizar em exercê-los ou não exercê-los.

Aqui se introduz, sem querer, uma dimensão psicanalítica, — e não é por acaso que os psicanalistas hoje estão cheios de clientes, — que é essa de ser oferecida à mulher uma pauta diferencial muito grande de papéis que ela pode, legitimamente, exercer mas, na verdade, na prática da sua vida, criam-lhe problemas e entraves de toda ordem, inclusive de caráter psicológico. Daí essa idéia, que Fúlvia defendeu de que a mulher precisa, liberando a si própria, liberar, também, a sociedade porque tanto a sociedade, quanto a mulher são vítimas dessa desigualdade e dessa distribuição hierárquica do poder sexual.

A propósito, gostaria, sem entrar demasiadamente no mérito do problema, tentar, de certa forma, desidealizar, se possível, algumas conseqüências desse tipo de postura. O fato de que essa proposta tenha uma vigência histórica, como Fúlvia bem colocou, e que seja quase que necessária como forma de conquista de novos direitos, acho que não nos impede de tentar refletir sobre algumas condições que permeiam esse processo e que relativizam, também, as origens dessa desigualdade. Na verdade, esse tipo de proposta tende a ver o passado como uma espécie de mito de origem, ou de fatalidade de origem, no qual a mulher é vítima da sua própria evolução ou da evolução da sociedade. Assim, a mulher estaria, agora, se liberando de uma espécie de fatalidade que paira sobre seu destino.

Gostaria de introduzir aqui duas variáveis de caráter cultural que poderiam nos deixar, talvez, mais à vontade, mais livres para não nos sentirmos tão penalizados pela própria história e abrir, de certa forma, uma faixa de liberdade maior para discutir as diferentes possibilidades culturais e políticas que se abrem para a mulher neste século. Queria, em primeiro lugar, relativizar o problema da cultura enquanto distribuição espacial de determinados comportamentos sociais e políticos. Quero dizer com isso que, quando afirmamos que a história da mulher é um pouco como a história das classes, onde há uma eterna dominada, acho que estamos apenas aflorando um aspecto da realidade social e deixando de lado outro.

Se tomamos três países, digamos os EUA, França e Brasil, vamos ver que os padrões culturais são diversos. E não só diversos como também, no tempo, variáveis. No caso dos EUA, que me parece ter sido a grande matriz do movimento feminista, até a Segunda Guerra a mulher realizou certas conquistas, que foram perdidas no pós-guerra. Este trouxe uma exacerbação da ideologia do lar, da subalternidade feminina, que constituiu a fonte geradora desse grande protesto feminista que se deu a partir dos anos 60, nos EUA. Não é por acaso que, na França, o movimento vai tomar aspectos muito mais suaves, não porque o problema da mulher não exista nesse país mas porque aí a posição da mulher não está sujeita às mesmas características culturais discriminadoras que adquiriu nos EUA.

Na França, a imagem da mulher é sabidamente diferente daquela que existe nos países saxônicos, especialmente nos EUA. O ideal de mulher é justamente

aquele da mulher inteligente, sensível, etc. Nos EUA, ao contrário, valorizou-se o culto da sexualidade, do físico etc. como forma de completar carências mais profundas no plano social e político. No caso do Brasil, acho que convém notar que o movimento feminista surge, em grande parte, como reflexo de movimentos feministas de outros países. Conseqüentemente, considerando o impulso estrutural que leva esse movimento, ele me parece sociologicamente mais difuso.

Alguns autores citam, por exemplo, a diferença, entre o impulso sufragista nos EUA e no Brasil. Enquanto nos EUA e na Europa o movimento adquiriu uma conotação extremamente dramática, no Brasil as conquistas foram mais amenas e, de certa forma, beneficiadas por uma conquista anterior que se consagrou a partir das Constituições de 32 e 34. Tal como nas sociedades primitivas, onde temos diferentes tipos de grupamentos humanos dando tratamentos diferenciais às funções femininas, também nas sociedades contemporâneas temos diferentes maneiras de lidar com esse problema, seja para acentuar uma diferença cultural, seja para atenuá-la em suas pressões mais visíveis.

Outro aspecto para o qual desejaria chamar a atenção é o aspecto histórico. Desejaria lembrar que o que tornou dramático o papel feminino não foi a sua história, não foi necessariamente seu passado mas as mudanças que se processam no mundo atual. Tradicionalmente, à mulher era reservado um espaço interno dentro da família, privado, no qual existia determinado tipo de poder. A meu ver isso correspondia ao papel que esse espaço familiar exercia dentro da sociedade em seu conjunto. Podemos lembrar por exemplo que o ciclo vital da mulher e do homem, de modo geral, coincidia, até cem anos atrás, ou menos do que isso, com o período de socialização dentro da família. Uma vez que a mulher criasse seus filhos, praticamente sua vida estava terminada. Ela vivia pouco, apenas o suficiente para reproduzir seu próprio núcleo familiar. Conseqüentemente, isso significava para ela uma margem de poder maior do que aquele que exerce hoje, quando tem um tempo de lazer enorme, quando o seu ciclo de vida foi extremamente prolongado e, em decorrência, ela se coloca o problema de saber o que vai fazer de sua própria existência.

Um outro aspecto que me parece correlato a este é o da tecnologia. Vivemos hoje numa sociedade com alto nível de utilização tecnológica, que libera a mulher de certas funções femininas, que eram tratadas até há pouco tempo de uma forma artesanal e, conseqüentemente, permitiam à mulher monopolizá-las. Então, o que ocorre é que, com o avanço tecnológico, de um lado, e o prolongamento do ciclo de vida, do outro, a mulher de fato se encontrou numa situação paradoxal, que é essa de ter cada vez mais tempo útil sem saber como utilizá-lo.

Refiro-me aqui a uma determinada faixa da população feminina e deixo de lado, propositalmente, a massa das mulheres trabalhadoras que, como o prof. Evaristo mostrou, vive talvez de maneira mais grave problemas que os homens também enfrentam. Quero dizer, então, que em termos de poder, parece-me que houve, realmente, um processo de degradação das funções femininas. Enquanto que, num determinado período histórico, a uma dada função familiar correspondeu um poder real, dentro da família, oculto ou não, pouco importa, a partir do momento em que a família nuclear se organiza e que se desorganiza a família extensa, esse processo se torna dramático.

Na verdade a mulher vê o seu poder pulverizado numa sociedade crescentemente competitiva, em que o homem tem possibilidades cada vez maiores de se defrontar inclusive com outras mulheres, em que o divórcio, o desquite ou a separação legal são armas que se voltam contra ela, uma vez que esse monopólio também extrai aquele tipo de poder que ela exercia antes, tornando terrível-

mente dramática a sua nova situação na perspectiva social. Quando ela entra no mercado de trabalho tentando exercer papéis que são tradicionalmente considerados masculinos, ela observa que entra pela porta dos fundos e não pela porta da frente. E aí vai sofrer, então, todos aqueles processos que referimos anteriormente, ligados a uma socialização que lhe é desfavorável.

Ecerrando as minhas observações, quero dizer que acho que a dimensão dramática da questão da mulher hoje situa-se no conflito dos papéis. Nesse sentido, ao contrário dos que me antecederam, talvez eu seja, pelo menos intelectualmente, bastante pessimista, porque penso que nós, mulheres, enfrentamos hoje uma situação terrivelmente dramática. Exercemos, na prática, pelo menos, quatro papéis distintos. Exercemos a gestão do espaço doméstico que, tal como no passado, embora exista uma tecnologia, é trabalhosa. Exercemos um papel de socialização dos filhos. Exercemos o de companheiras do marido. Essas duas dimensões se complicaram um pouco, porque no passado havia uma espécie de seleção natural. Algumas mulheres preferiam ser mães de família, outras preferiam ser as companheiras. Hoje, inclusive, o próprio movimento feminista reivindica essa necessidade de se ser ao mesmo tempo mãe e mulher, o que desempenhamos como podemos. Finalizando, exercemos uma gestão no trabalho.

Acho que o cúmulo dessas quatro funções é terrivelmente penoso. Do ponto de vista psicológico, traz um dilaceramento interno muito grande, não só para a mulher como para o homem que, a meu ver, explica por que os psicanalistas estão tão prósperos. O homem também vai sofrer esse impacto da divisão de papéis, porque os papéis vão ser, melhor ou pior, distribuídos com ele. De modo que, a partir daí, temos algumas conseqüências dramáticas — não quero dizer com isso que não possamos resolvê-las, mas simplesmente que o desafio é esse — quais sejam as da indiferenciação de papéis que começa a se introduzir na sociedade.

Na medida que a mulher exerce papéis que eram tradicionalmente masculinos, o inverso também se torna verdadeiro: passamos a distribuir com os homens, lentamente, é verdade, papéis que eram tradicionalmente femininos. Assim, cria-se realmente uma certa indiferenciação que aumenta a área de fricção dentro da família, infelizmente, e de tal forma que, à mulher relativamente mais liberada de hoje corresponde um aumento da taxa de divórcio, quando era de se presumir que os casais tivessem mais chance de fazer escolha. O conhecimento prévio não foi condição da estabilidade familiar.

Pode ser que as coisas se estabilizem de outra maneira, mas constatamos um dilaceramento muito grande, um aumento dessa fricção. E ela aumenta, a meu ver, por uma impaciência mútua, porque na verdade a mulher, infelizmente, quando exerce papéis masculinos às vezes deixa a desejar. Ela não foi preparada desde o berço para isso, e os homens se impacientam. Os próprios homens quando vão mudar as fraldas dos filhos, nem sempre são eficientes, em geral a mulher que está ao seu lado não deixa de lhe lançar um comentário crítico. De modo que tenho assistido, na minha vida, freqüentemente, a tensões domésticas acumuladas, em função dessa indiferenciação na distribuição de papéis.

Uma última observação que eu faria, também em conseqüência dessa divisão de papéis, é que, de fato, cria-se um problema difícil para nós, mulheres, no sentido de saber se queremos adquirir direitos ou conservar privilégios, ou as duas coisas. Sinto-me constrangida até de colocar esse problema, porque, evidentemente, como todo ser humano, eu gostaria de adquirir os que eu não tenho e conservar os que já tenho. Mas acho que o problema realmente é complicado. Na prática do trabalho feminino, pode-se observar muitas vezes que a mulher paga

o preço dessa duplicidade de papéis, muitas vezes, pelo absentéismo no emprego, pela desconcentração, pela dificuldade de se identificar com determinados trabalhos mais específicos. Há uma tendência à dispersão. Não se trata de fatalidade histórica ou biológica, mas de uma injunção das suas próprias contradições e dificuldades na busca da sua emancipação.

Para finalizar, apenas um comentário rápido sobre o problema da cultura. Eu queria aqui estabelecer, realmente, uma diferença entre a atuação da mulher no ensino e a atuação da mulher na cultura. Se no ensino a mulher praticamente detém um monopólio em certas funções, sobretudo nos primeiros níveis, isso não ocorre na área cultural, onde o problema da criação já coloca um outro tipo de desempenho, que se enquadra dentro das dificuldades que foram mencionadas anteriormente. Com isso, quero reforçar a proposta da Fúlvia, de que mais uma vez nessa área do ensino, na medida que a mulher monopolizou essas funções, o que tivemos foi a constatação amarga de ver que, exatamente na área em que as mulheres estão dominando, houve uma brutal contração, compressão dos salários, enfim, uma proletarianização dessas funções que eram, tradicionalmente, mais valorizadas dentro da vida social.

*Presidente* — Agradeço muito a Aspásia, que também trouxe uma contribuição muito grande e eu conheço as várias que ela tem prestado ao Instituto. Nós vamos debater sobre o que ela disse.

O Prof. Djacir Menezes é meu companheiro de direção, é o vice-diretor do Instituto, foi diretor da Revista. Meu velho amigo, meu Reitor, quando eu estava ainda na Universidade, meu colega de Conselho Federal de Cultura.

*Djacir Menezes* — Com muita honra para mim.

*Presidente* — Ele participa sempre da maneira que entende. Eu não sei se ele gostaria de falar agora, ou deixar que se desenvolva o debate em torno das intervenções já havidas e falar no fim, dando uma impressão geral do contexto. Eu deixo isso a seu critério. Você quer falar agora, ou quer que se trave o debate em torno. . .

*Djacir Menezes* — Quero apenas alguns minutos.

*Presidente* — Deseja falar já. Então tenha a palavra.

*Djacir Menezes* — Não era minha intenção interferir nesse debate, cujo nível de erudição, cultura e agilidade de pensamento e de palavra das representantes femininas foi notável. Mas algumas lembranças me assaltaram durante algumas exposições em que houve uma certa contribuição, digamos assim, biográficas. 1952 foi o ano em que as mulheres tiveram reconhecido o direito de voto, se não me engano.

Eu já tinha me transferido, vindo concluir o meu curso de Direito aqui no Rio. Mas durante a primeira parte do meu curso, na província do Ceará, assisti a luta interessante pela concessão desse direito às mulheres — e as maiores inimigas dessa concessão eram as mulheres. . . Os padres arregimentaram as filhas de Maria e as religiosas contra uma idéia que eles julgavam nociva porque distrair a mulher das fainas domésticas. Minha mãe foi sempre um espírito libertado de uns tantos preconceitos e arcou com grande reação, no meio pequeno, simplesmente porque aceitara o encargo de ser professora de bordado na Casa Singer.

Outra campanha de que me lembro foi contra os cabelos *à la garçon*, cortados curtos. Os padres se levantaram em guerra. Assisti a sermões em que eles diziam que o corte do cabelo era o começo da prostituição da mulher. Nesse tempo, a maioria delas acreditava no inferno.

A campanha, portanto, na província, tinha um aspecto muito forte de reação, por parte da Igreja, que virou a proa do barco nestes últimos tempos para direção inteiramente diferente. Mas a resistência, que se sentia no meio, para qualquer passo à frente, era ditada pelos interesses mais retrógrados. Talvez isto seja à conta de minha formação um tanto — digamos — leiga, para não lhes dar um adjetivo mais forte, que marcou meu tempo de estudante.

Ouvi considerações que me lembraram também aspectos da história social do Nordeste, onde imperavam clãs violentos. Por exemplo o que inspirou Domingos Olímpio para escrever “Luzia Homem”. Essa Luzia Homem existiu, foi uma mulher corajosa, esclarecida no ambiente e no tempo sertanejo. Como também a D. Guidinha do Poço, que serviu de modelo ao escritor Oliveira Paiva.

De qualquer maneira, estes tipos mostravam que havia mulheres excepcionais que, em certos momentos, apareciam no cenário brabo, principalmente nas lutas de família. Algumas participaram, também, das brigadas de choque do canageirismo.

De modo que não houve um reinado assim tão pacífico, dessa tirania masculina, que hoje se canta com tanta insistência.

Uma referência do professor Evaristo feriu um ponto de alto interesse: certo primarismo ideológico feminino, realmente, quer substituir o enfoque em que a luta de classes por uma luta de sexos. Quer dizer machos x fêmeas, como está em Marx, burgueses x proletários. Só faltou dizerem: “Mulheres de todos os países do mundo, uni-vos!” Como reza o final do manifesto comunista. É, na verdade, um aspecto interessante este e que, é claro, não pode ter andamento e não tem. Todas as mulheres esclarecidas foram compreendendo o problema. E o professor Evaristo explicou isto muito bem.

Quanto a esse argumento que apareceu numa das dissertações aqui feitas, da mulher, por assim dizer, invasora no campo da competição econômica, reagindo contra as restrições das atitudes e pretensões masculinas, é interessante ver que é o critério econômico que vai resolvendo o problema. Casos já foram citados na imprensa, de países europeus, em que o homem aceitou ficar em casa, cuidando dos afazeres domésticos, enquanto a mulher torna-se funcionária bem remunerada de alguma repartição. Tudo parece resultar do balanço: quanto o homem pode trazer para o orçamento e quanto a mulher pode trazer? A decisão, se é o homem ou a mulher que vai para a rua, obedece a um critério puramente econômico — qual a atividade é mais rendosa?

Há muitos outros aspectos e eu quero apenas fazer estas referências de passagem, acentuando que não era meu propósito participar, porque eu mesmo tomei conhecimento disso, desta seriação de temas, aqui, ontem, quando falei com o Dr. Miguel.

*Presidente* — Eu peço desculpas. Eu tinha feito isto em razão da minha viagem. Isto lhe deveria ter sido entregue com uma antecedência razoável.

*Djacir Menezes* — Eu não estou dizendo isto com qualquer intuito. É que quando vi isto tão bem ordenado e selecionado, me intimidei e resolvi vir apenas aprender as lições que seriam dadas aqui. Não vai nessas minhas palavras outro sentido; pelo contrário, nossa amizade é muito antiga e a minha admiração ainda é maior que a amizade.

*Presidente* — Muito obrigado.

*Djacir Menezes* — Mas creio que não serei impertinente antecipando o elogio que sei que o nosso Presidente vai fazer a uma participação tão brilhante quanto a que nós acabamos de ouvir desses que concorreram hoje a esta mesa-redonda.

Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência.

*Presidente* — Muito obrigado. Eu queria insistir em que este esboço foi feito por mim, mas eu me afastei por três semanas. Passei três semanas nos Estados Unidos. E este trabalho deveria ter sido distribuído em tempo oportuno ao professor.

A propósito mesmo do que ele disse aqui, eu queria prestar um pequeno testemunho de mocidade. Vejam só como os problemas de natureza política, sociológica e de outros tipos de manifestação estão conexos com repercussões naquilo que nós poderíamos chamar de superestrutura cultural. O livro de Marguerite, *La garçonne*, teve uma repercussão enorme no meu tempo de adolescente. Eu li, como todo mundo, a gente lia escondido. Hoje seria um livro de mocinhas, porque o máximo a que ele chega é fazer referências, muito genéricas, a cenas de sexo em grupo e isto está amplamente, nos dias atuais, na televisão. Mas eu queria só salientiar este caso que me parece interessante para os sociólogos. Realmente, havia uma razão para que a Igreja tomasse uma posição de reserva, quanto àquele tipo de ornato, de toaleta. É que o corte de cabelo logo após a guerra, ou durante a I Guerra Mundial, na fase final, foi tomado como sugestão do exército americano para fixar as mulheres que tinham sido examinadas pelos serviços médicos e consideradas isentas de males venéreos. Então realmente a tradição que se estabeleceu em França durante a I Guerra Mundial e no fim dela com o desembarque dos americanos, foi a de que os soldados e oficiais americanos deveriam, preferencialmente, se aproximar das moças que tivessem o cabelo cortado. Então isto passou a ser um padrão de lucro no meio das damas de mau proceder, como se dizia na linguagem colonial. Aí está por que a Igreja de certa forma fazia uma correspondência entre o tipo de cabelo e o exercício daquilo que os historiadores chamam a mais velha profissão do mundo.

Eu queria lembrar também como todos estes assuntos se interpenetram. Existe sempre uma razão que não pode ser tomada assim polemicamente. Há sempre um motivo para que isto ocorra. A Igreja, naquela ocasião, estava ainda sob o impacto desta situação que era concreta, que vinha de Paris e das grandes cidades européias ocupadas pelos americanos. Muito obrigado.

O debate está aberto para quem quiser usar da palavra.

*Presidente* — Professora, quer dizer alguma coisa sobre os debates?

*Rosah Russomano* — Primeiramente, gostaria de congratular-me com as exposições tão lúcidas e brilhantemente aqui expostas, desculpando-me, também, de uma certa maneira, em função do modo formal de me expressar. Quando estou em grupo, eu utilizo muito o tratamento de vós. Dizem que o “cachimbo entorta a boca”. Estou tão habituada que, mesmo numa ambiência mais restrita, em termos quantitativos, emprego a expressão que formaliza, talvez em excesso, a exposição que realizo. Mas se eu não utilizo quase como uma arma de defesa — o tratamento de vós, vou arriscar-me a não afetar a concordância devida e utilizar, então, dois ou três tratamentos. E é a isso que, agora, neste momento, eu vou me arriscar. Então, colocando “vós” à margem, gostaria de levantar uma pergunta ao meu caro, antigo e querido amigo Evaristo. Estou sabendo, através de seu pronunciamento, que, mediante a força da jurisprudência, através de um simples atestado de gravidez, a mulher garante a sua estabilidade no emprego a qual se prolonga durante um ano. Levantaria, pois, apenas, uma questão. No terreno das concretitudes, digamos assim, uma mulher que ainda não está empregada, mas que já está em estado de gravidez, imperceptível ou perceptível, sobretudo se é perceptível, ela é aceita facilmente, ou ela é afastada?

*Evaristo de Moraes Filho* — Essa discriminação de que, aliás, a Fúlvia e a Aspásia falaram é um problema além da norma jurídica. O problema da lei em

si é a sua validade, a sua vigência. Mas resta o problema, que a sociologia estuda, e que nós juristas esquecemos muito, é o problema da eficácia da norma jurídica. A sociologia não quer saber se existe a lei, quer saber se ela é eficaz. O Código Penal proíbe o adultério (que caiu agora, há um mês ou dois) e no Código Civil ainda é motivo para desquite. E toda gente sabe como o adultério funciona nesta cidade. O jurista diz: não, o adultério é proibido no Brasil, no Código Civil e era no Código Penal. O sociólogo, porém, retruca: não é bem isso, a realidade é outra. De modo que a questão da eficácia, é isso, revela a discriminação.

*Djacir Menezes* — É como a questão das rinhas de galo no Brasil.

*Evaristo de Moraes Filho* — A Consolidação tem um artigo que diz que o matrimônio não é justo motivo para dispensa (art. 391) como se a mulher só pudesse engravidar depois de casada. Nós sabemos que isso está na lei, mas o empregador astuto, sabido, sabe como burlar a lei. *Fatta la legge, trovato l'inganno*. Feita a lei, descoberta a fraude. E dizem que o papel do advogado se encontra na segunda parte: descobrir a fraude. Então, feita a lei, descoberta a fraude, é a mesma coisa. Se o empregador a admitiu como empregada quando já eram notórios, visíveis, os caracteres de gravidez, tem que arcar com as conseqüências. Mas, normalmente, a jurisprudência não faz distinção. Se a mulher estiver na vigência de uma relação de emprego e for despedida por gravidez, o patrão terá de readmiti-la. (...) Mas ela tem de apresentar o atestado ao patrão, para ele, também, não ser surpreendido. Mas isso é uma grande conquista, porque, no momento em que o Fundo de Garantia acabou com a estabilidade — que não existe mais no Brasil, 5% só são estáveis — a mulher conquistou, por meio dos dissídios coletivos, a chamada estabilidade condicional, através da jurisprudência. A lei ainda é a mesma. Sei que na reforma da Consolidação vai-se colocar essa nova conquista.

*Rosah Russomano* — Este enfoque que você fez, em verdade, está convergindo como eu disse na abordagem que tentei efetuar sobre a situação da mulher, ou seja, a defasagem, para usar a expressão do professor Afonso Arinos, entre o que a norma, o preceito normativo estatui e a sua operatividade histórica.

*Evaristo de Moraes Filho* — A Prof<sup>a</sup>. Fúlvia falou que a obrigatoriedade de creches para as empresas de mais de 30 empregados só atinge 2% da realidade. De qualquer maneira, na vida social, institucional, tudo começa ou termina numa norma jurídica. Depois vem a eficácia, os grupos de pressão, a maneira de luta, alterações culturais, mas tem que estar na lei. Por exemplo, a Lei Afonso Arinos. Todos estão fartos de ouvir que é ineficaz. Mas o que se vai fazer? Não é possível que se coloque uma autoridade atrás de cada um, para impedir que a sua lei seja violada. Mas tem que existir a lei. Montesquieu escreveu, com grande dose de verdade: “O que importa não é o que está na lei e sim nos costumes.” Enquanto os costumes estiverem assim. . .

*Rosah Russomano* — Não foi em vão que ele olhou com tanta atenção para as lições da Inglaterra.

Aspásia, creio que foi você que falou sobre dois pontos a respeito dos quais eu gostaria de me pronunciar. Você afirmou, com certa ênfase, que o divórcio hoje admitido veio ao arrepio dos interesses mais puros da mulher. Ou eu me enganei?

*Aspásia Camargo* — Eu não disse isso. O que eu disse foi que, do momento em que se introduz essa possibilidade — eu me referia mais especificamente ao problema de 30 anos atrás — criou-se, inclusive para o próprio homem, a possibilidade de trocar de mulher. Evidentemente, criou-se, também, um problema

para a mulher que era trocada, um agravamento de sua subalternidade. Enquanto ela teve esse monopólio, a outra que existia fora do lar era ilegítima. A mulher esposa guardava o monopólio da legitimidade. No momento em que ela pode ser trocada, — isso acontece, realmente, nos EUA e na Europa — e passa a ser trocada por uma outra, ela fica de mãos abanando, como se diz, ela fica sem nada. O que quero dizer é que a demolição dos valores tradicionais, a formação de uma família do tipo nuclear, a introdução de critérios de competitividade de mercado, isso tudo vai desmontar a função tradicional da mulher.

*Rosah Russomano* — Seria multiplicado, talvez, o número de divórcios por causa desses fatores todos?

*Aspásia Camargo* — Não diria isso, mas que o novo papel da mulher criou uma certa instabilidade para a família. Não estou argumentando contra, entenda bem, estou apenas constatando que isso não foi fator de estabilidade.

*Rosah Russomano* — Eu não entendo aquele “novo papel” como fator de instabilidade da família. Acho que o número de divórcios aumentou porque a mulher teve condições de assumir mais depressa a sua posição, de não ficar, muitas vezes, subjugada dentro do lar por fatores econômicos, desde que ela conquistou aquela condição de infra-estrutura, de independência econômica. Então, através do seu rendimento próprio, dessa independência sem a qual nenhuma outra vai existir, ela tem condições de se opor a condições, às vezes, até vexatórias, que ela suportava dentro do lar, como essa a que você se refere, de o marido ter uma outra e ela ficar com “alguma coisa nas mãos”. Mas que “coisa” lhe restava nas mãos? Acho algo muito tênue e até muito negativo, para a própria dignidade da mulher.

Outro ponto que gostaria de trazer à tona é sobre este que você acentuou, essa evolução, essa modificação no posicionamento da mulher vem aumentando o número de clientes dos consultórios de *psicanalistas*. Acho que *psiquiatras* seria expressão mais exata, porque mais abrangente. Creio que isso é uma verdade muito verdadeira porquanto a mulher da cidade deve ter o seu mundo interior transformado num “campo de batalha” a que se reporta Nietzsche, com todas essas mudanças bruscas, que se têm processado sobretudo ultimamente. De resto, a mulher é um repositório de culpas. A mãe é a melhor figura que pode surgir num gabinete psiquiátrico, porque a mãe é culpada de tudo. Agora mesmo, no Rio Grande do Sul, quando houve, não esta, mas a campanha anterior contra a paralisia infantil, o Secretário de Saúde, Germano Bonow, mandou fazer uns cartazes enormes, que foram espalhados por todo o Estado e, inclusive, transmitidos pela televisão. Nesses cartazes, verificava-se uma criança deficiente, amparada nessas muletas que, hoje, são designadas de bengalas ortopédicas, sem condições de se movimentar. Estava escrito no cartaz, e dito era na televisão: “Vacine o seu filho. A minha mãe se esqueceu.” A mãe se esqueceu, como se a sociedade conjugal não fosse formada por homem e mulher. Está aí. É, então, aquela velha coisa de se querer estabelecer um lado feminino do lado de cá e um lado masculino do lado de lá. E, de resto, vejam, a mulher para quebrar todos esses encaixes, realmente, tem que ter uma força interior imensa, porquanto nós, desde crianças, aprendemos a rezar para quem? Nós rezamos para Deus. Como é que nós visualizamos Deus, como é que nos ensinaram? Uma figura masculina, de longas barbas brancas. No entanto Deus é puro espírito, Deus não tem sexo. Desde aí já começou a impor-se a figura masculina perante a própria mulher. E creio que, face a todas essas raízes, a todas essas vivências do ontem distante ou próximo, na verdade cada passo que a mulher dá avante pode implicar num sentimento de culpa, como se ela estivesse fazendo algo de errado,



como se ela se estivesse afastando do lar, quando, como você bem frisou, Fúlvia, pode haver um mar de amor envolvendo os filhos, estando os filhos colocados, digamos, numa creche, para que sua mãe possa firmar-se na vida, proporcionar-lhes uma série de positivities e abrir-lhes, talvez, no futuro caminhos muito promissores.

Eram estas as observações maiores que eu queria fazer.

*Presidente* — Muito obrigado. Continuam abertos os debates.

*Evaristo de Moraes Filho* — Só um depoimento rápido, tenho uma filha, professora e mestra em sociologia, que vive mais de oito anos em Brasília. Com dois filhos, viu-se obrigada a deixá-los em creches, sendo que o segundo, nascido em 1976, foi para a creche com três meses de idade. O primeiro com 2 anos, mas o segundo com 3 meses. Ela e o marido eram professores na Universidade. Quando ela ia buscar o menino, na creche, às vezes chorava, porque via o seu menino, de 3 meses ali, fora de casa, tomando banho de chuveiro coletivo, às vezes dormindo em bercinho no dormitório também coletivo. Você tem razão, a coisa é dramática.

*Aspásia Camargo* — Eu botei a minha com quatro meses, mas ele não gostava não, me fez tirar. Tanto protestou, que eu tive que tirar.

*Rosah Russomano* — Se posso falar, acentuo apenas ainda bem que há creches, onde vocês puderam colocar os seus filhos, porque um dos grandes problemas no Brasil para a mulher que trabalha, para a mulher operária, está na carência de creches. Aí é que se cria o grande drama.

*Fúlvia Rosemberg* — Não sei se poderei intervir, assim, diretamente, mas acho um problema bastante sério que o conceito implícito creche é o de instituição substituta da mãe. Pois esse conceito é gerador de conflitos, inclusive do sentimento de culpa, ciúme, rivalidade e desqualificação da própria creche. O que é interessante, e está ocorrendo no Brasil e em outros países, é que a creche está sendo reivindicada como direito da criança, tendo em vista as alterações ocorridas na estrutura da família. Quer dizer, o processo de transformação da família extensa para nuclear, restringiu demais o universo de interações da criança. Quando se pensa no convívio que uma criança de meio urbano tem com pessoas diferentes da mãe; nos espaços urbanos com a especulação imobiliária crescente, quais são os espaços destinados à criança nas nossas cidades. Praticamente nenhum, não é? Então, essa relação de dependência mãe-criança, criança-mãe está sendo considerada como uma relação também saudável para a criança. E a visão da creche que era criticada como sendo um meio inapropriado para a saúde mental e física da criança está sendo modificada. Dadas as condições de existência hoje, a educação de criança pequena em coletividade, onde a comunicação com os pares, com crianças de mesma idade, pode ocorrer num ambiente pensado para a criança, tem sido considerada como saudável para a criança. Então, eliminando esse conceito de substituição materna e reivindicando creches também como um direito da criança, passa-se também a não aceitar creche depósito, creche que signifique apenas a liberação de mão-de-obra feminina. Assim ocorrendo, provavelmente, nosso sentimento de culpa vai diminuir.

Minha formação básica é em psicologia, mas nós, os psicólogos, fomos também responsáveis pela sedimentação desse sentimento de culpa. Vários psicólogos, e vários teóricos da psicologia, (Freud e Bowlbi, por exemplo), responsabilizaram a mãe não só pela sobrevivência física mas também pela felicidade do filho. É bem o exemplo que a senhora contou, essa propaganda que diz que seu filho é deficiente porque você, mãe, não o vacinou. Em São Paulo, assistimos a uma campanha para amamentação no peito e, exatamente, um dos efeitos que ela

provocou foi também culpabilizar a mãe. A campanha da amamentação baseou-se na responsabilidade individual da mãe em amamentar uma criança. Como é que uma mãe, que não tem creche na empresa, que sai à hora que sai para trabalhar, que tem necessidade de trabalhar muito pode amamentar adequadamente uma criança?

*Presidente* — Alguém mais deseja intervir?

*Evaristo de Moraes Filho* — Eu só quero chamar a atenção — é pena a Aspásia não estar para ouvir — quando ela mostrou que essa desestabilização, o termo está muito em moda, esse sentimento crítico é também do homem. Ela mostrou que essa mudança da família extensa para a família nuclear, e com essa alteração de papéis de homem e de mulher, o homem está freqüentando psiquiatras, não é só a mulher não. Aí é o ser humano, é o ser social, não é saber se é macho ou fêmea. O homem está vivendo uma crise, ele também perdeu os papéis antigos e adquiriu os novos.

*Rosah Russomano* — Exato. Dentro do lar, inclusive, é comum, por exemplo, na sociedade americana, o que aqui entre nós é ainda uma raridade e choca um pouco o homem, ou seja: ele, homem, assume o papel de pai mesmo, troca a fralda do filho, dá banho, dá alimentação, enfim, toma todas essas atitudes como se mãe fora. Ora, isso tem que provocar, fatalmente, uma mudança na escala de valores.

*Evaristo de Moraes Filho* — Essa competição, a que ela se referiu, é muito comum na nossa área, quando ambos são professores ou pesquisadores, marido e mulher. Insensivelmente, tem que haver alguma competição, e não raro, incompreensão.

*Rosah Russomano* — Acho que, em última análise, o que há de importante no meio desse processo de nivelamento da mulher e do homem é que nós não nos consideremos em campos opostos, como se nos estivéssemos a degladiar e, sim, como se nos desejássemos completar.

Quer dizer, busca-se uma igualdade a ser consagrada onde puder ser consagrada, quando puder ser consagrada e notando-se que, sempre, a igualdade estará sublinhada por um conceito de relatividade.

E agora aqui eu, dando uma resposta ao seu “desafio”, Evaristo, quando conversávamos momentos antes desta mesa-redonda, de tão bom memorizador, me atreveria a citar Ruy Barbosa sobre a relatividade do conceito de igualdade: “não há no Universo duas coisas iguais, embora muitas se pareçam umas às outras — os ramos de uma só árvore, as folhas de uma mesma planta, os traços da polpa de um dedo de um só raio do espectro solar ou estelar. Tudo assim, desde fluido, as raias de um só raio do espectro solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros no céu até os micróbios no sangue, desde as nebulosas do espaço até os alfôfares de rocio sobre a relva dos prados.”

*Fúlvia Rosemberg* — Eu queria chamar a atenção sobre dois aspectos que foram mencionados e que gostaria de discutir.

Um deles é o problema do conflito. Falou-se bastante sobre o conflito que este tipo de situação, essa busca de igualdade sexual estaria gerando.

Pergunto: primeiro, se tal situação é realmente geradora do conflito, ou se o conflito, que era latente, que não tinha voz para se exprimir, está agora sendo explicitado. A segunda pergunta que eu faço é se, em determinados momentos de uma dinâmica social e histórica, um conflito não é importante e se nós não estamos ainda tentando valorizar uma visão idealista extrema, que leva ao maniqueísmo, como o senhor mesmo criticou, de que a vida é vivida sem conflito, uma postura que sinto, pessoalmente, como muito imobilizadora.

E quando a gente analisar um pouco a socialização de nossas crianças, percebe-se que se lhes tenta passar uma visão de mundo de que a vida humana, a vida social é uma trajetória sem conflitos. Basta ver nos livros de estória, os mitos e as fábulas. A gente transmite uma imagem como se o mundo adulto fosse perfeitamente coeso, coerente, onde não existissem contradições e, as pessoas, intrapsiquicamente não vivessem a contradição.

Eu questiono. Acho que o conflito é um impulsionador: que a aceitação da contradição nos leva à superação de situações injustas e desagradáveis.

*Evaristo de Moraes Filho* — Exato. Há muitos estudos sobre isso. “A Função Social do Conflito”, do Luiz Cosa. Hoje não há dúvida de que o conflito é criador, causa mudanças.

*Fúlvia Rosemberg* — Então é aceitar que esta situação nova que a gente está enfrentando seja geradora de conflitos e não é isso que vai nos impedir de atuar.

Um segundo aspecto, também, é que quando se fala em compartilhar o filho, aparecem principalmente os componentes negativos, digamos assim, a sobrecarga de trabalho. Eu pergunto a um pai: se a ideologia da rentabilidade máxima não fosse dominante na nossa sociedade, se ele pai não gostaria de viver, também intensamente, como uma mãe pode viver, a relação afetiva funda que é uma relação como o filho. Quando a gente fala em compartilhar a responsabilidade do filho, da guarda e proteção do filho (os sociólogos falam em socialização, porque são sociólogos e não sociólogas, porque o cuidado com a criança é mesmo guarda e proteção da criança, numa sociedade que não foi construída para ela) significa compartilhar o afeto e a modificação de um ser humano, que é uma experiência extraordinária, altamente enriquecedora e que qualquer pessoa deveria ter o direito e o privilégio de poder viver.

A gente reclama do esforço e gostaria de partilhar o esforço, mas grande parte das mulheres gostaria de partilhar também as alegrias de criar um filho.

*Presidente* — Se ninguém mais deseja discutir, creio que posso agradecer o comparecimento de personalidades tão eminentes na área científica e cultural que aqui estiveram dando um pouco de seu tempo a um trabalho que só se remunera por si mesmo, pela sua própria existência e pelos resultados que a sua restrita mas intensa divulgação pode trazer. A revista tem uma tiragem modesta, mas eu faço uma certa diferença entre a larga divulgação de certas matérias e a intensidade de sua penetração em certos círculos. Um debate como este traz esta conseqüência, a meu ver, para todos, mesmo os que dele participaram, porque, seu eu posso resumir a minha impressão, como assistente e até certo ponto coordenador dos debates, é de que nós não podemos ainda formar juízo deles, antes de tomar conhecimento da letra impressa. Nós não sabemos bem o que ouvimos, nem o que dissemos. Só no contexto global da reflexão sobre o que foi dito, nós poderemos tirar as conclusões positivas que, me parece, se impõem, e que tanto deseja a Fundação Getúlio Vargas. Porque aqui, não digo se confrontaram nem se defrontaram, mas se encontraram — às vezes em encontros não chegaram a ser adversários no sentido de polêmica, mas no sentido verdadeiro da expressão latina *adversus*, de um lado e de outro da corrente — muitas tendências. Pelo que eu pude apreciar, com a minha experiência de ouvinte e de orador e professor, são complexas demais as enunciações havidas e as atitudes propostas para que possa eu fazer um resumo delas. Procurarei fazer isso quando ler esses debates.

Mas se eu pudesse formular uma impressão muito genérica, seria a de que a matéria, por mais ampla que ela seja, que foi o território da nossa convocação,

de certa maneira não direi que ela se diluiu propriamente, ao contrário, ela ressaltou, mas ela confluíu em uma — qualificação não é bem a palavra — em um universo que a excede.

O nosso programa dizia: Condição política e social da mulher. As contribuições trazidas, de natureza jurídica, de natureza sociológica, de natureza histórica, de natureza política, tiveram a sua identificação especial, mas elas foram todas integradas, federativamente em um território que eu me permito identificar como cultural e sociológico, não no sentido da ciência sociológica, mas no sentido da existência da sociedade. Estas conseqüências é que me parece que deverão ser analisadas e extraídas convenientemente da leitura da publicação.

Os senhores vão ver que tudo, de certa maneira, se condicionou a uma visão, que foi aqui ressaltada, a visão cultural e uma visão que apareceu, apesar das posições não deliberadas, a respeito dessa visão social.

Isto me faz pessimista, ao contrário. Isto me faz — não digo otimista, não creio que nossa época, nosso país seja no momento campo de eleição para o otimismo — mas me faz tranqüilo, no sentido de que são situações que evoluem no quadro dessas duas componentes orientadoras e impulsionadoras — a cultura e a vida social — para o seu próprio desempenho e o seu próprio desfecho.

Isto me anima. Eu estava com vontade de dizer alguma coisa sobre aspectos particulares, mas não vou fazê-lo. Eu queria só ressaltar esta imagem que ficou no meu espírito: é de que vocês todos contribuíram com elementos significativos, como eu disse, claramente delineados do problema enfocado, mas, sem o desejarem, ele foi colocado num plano cultural. No sentido expresso da palavra cultural, não no sentido verdadeiro, no sentido profundo, no sentido radical da palavra cultural, não no sentido da sua expressão de manifestação de cultura, mas no sentido da cultura como atmosfera em que imerge toda a atividade humana. Toda atividade humana imerge numa atmosfera de cultura. Então, nós começamos e eu fiquei sobretudo muito impressionado porque sob esse aspecto nós teremos conseqüências muito grandes a retirar do que aqui foi dito. Para qualificar, para não ficar muito vago. Por exemplo, o problema da discriminação racial. Não é um problema jurídico, não é um problema político, não é um problema sociológico. É um problema cultural. Ele se manifesta, e por isso é que ele é grave. Por isso não vejo muita solução no nosso tempo. Ele se manifesta sob os aspectos mais insidiosos, mais enganosos. A religião do Irã é um problema de cultura. A posição da ETA, na Espanha, a brutalidade nas reivindicações localistas na Espanha é problema de cultura. E assim por diante. O fato de a religião estar-se transformando em ideologia política, o fato surpreendente na nossa época de que a ideologia política está-se radicando no culto religioso e às vezes no culto religioso mais primitivo, é problema de cultura que tem repercussões tremendas na vida e na política internacionais. Problema de cultura, por exemplo, é este que a professora Fúlvia Rosenberg acentuou, a degradação das profissões à medida em que seu acesso se torna mais fácil às mulheres, como a medicina. Mas isso não está aí. Isso está em que nós vivemos uma cultura em que a vida desaparece com a morte. As tecnologias se especializam na morte. Então, todas as profissões tecnológicas na ciência nuclear, na destruição dos foguetes são ciências que valorizam o trabalho porque elas vão para o predomínio, vão para a morte, enquanto que a medicina continua presa à idéia da vida e a vida está perdendo o valor diante da ameaça de morte. Isso é um problema de cultura, cultura global, mundial. Quem foi que disse que o homem é a morte e a mulher é a vida?


*Evaristo de Moraes Filho* — Foi Rose Marie Muraro, minha querida amiga.

*Presidente* — É que a cultura está indo para a morte e o resto, muita coisa, a profissão, a caridade, o amor estão ainda apegados à vida. Isso são coisas que merecem reflexão, que transcendem o nosso campo. Em todo caso, há certos dados de natureza, que eu chamaria quase concreta, que são da maior importância. Por exemplo, a sugestão da professora Rosah a respeito dos partidos e a do professor Evaristo a respeito dos sindicatos, isso é a lei, a lei forma os costumes, a lei forma a prática, a lei obriga. Então é só botar nas leis a participação obrigatória das mulheres nos Diretórios de todos os partidos e obrigar nas leis a participação das mulheres na direção dos sindicatos. Isso tem que ser feito. Passa a produzir resultados desde que seja feito. Outro problema que achei de grande importância é o das creches, sobretudo com a distinção que a senhora fez sobre o sentido verdadeiro do que deve ser a creche. Eu aprendi muito e isso é muito bom porque a capacidade de aprender é a última esperança dos velhos.

*Evaristo de Moraes Filho* — Mas tem ensinado tanto a tantos também!

*Presidente* — Muito obrigado. Então, o meu agradecimento profundo a todos que aqui compareceram, chamando a atenção para esta comunicação que vai ser a revelação de nossa fotografia que ainda está escura. A nossa chapa ainda está escura. Nós ainda a vamos revelar. Aqui não há polaroid. Depois vocês vão ver o que disseram. E eu que falei demais e não disse nada estou percebendo o que aqui foi dito. E foi muita coisa importante. A Fundação fica extremamente sensibilizada, reconhecida, honrada com estas presenças e não pode deixar de se referir aos companheiros que ajudaram na montagem desta mesa-redonda. Aqui estão eles, jovens pesquisadores. Eu deveria dizer pesquisadores e pesquisadoras porque aprendi hoje essa lição, mas ainda estou um pouco fora dela. Então, aqui estão os jovens pesquisadores e as jovens pesquisadoras, eu inverterei para dar o primeiro lugar às mulheres porque aí não é uma questão de posição é uma questão de cortesia, mas está representando todos eles o Dr. Miguel de Ulhoa Cintra que é o chefe dos nossos serviços técnicos, em matéria de cultura e educação aqui no Instituto de Ciência Política.

Com estas palavras, dou por encerrada a sessão. Mais uma vez, reitero meus agradecimentos.



**A AMÉRICA LATINA**  
EXPERIÊNCIAS & DESAFIOS

246p.

**ELE FALA DE CADEIRA**

O autor, Prof. Herrera, foi nada menos que o primeiro presidente do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, e Coordenador-Geral do ECIEL - Programa de Estudos Conjuntos para a Integração Latino-Americana. Conhece bem os problemas desse lado do mundo.

Nas Livrarias da FGV  
Rio: Praia de Botafogo, 188  
São Paulo: Nove de Julho, 2029;  
Brasília: CLS 104, Bloco A,  
loja 37.

Ou pelo Rembolsa Postal  
FGV/Editora - Div. Vendas  
Caixa Postal 9052  
20000 - Rio de Janeiro - RJ